

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

**Demonstrações financeiras
e relatório dos auditores independentes
em 31 de dezembro de 2013**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Odebrecht TransPort S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Odebrecht TransPort S.A. ("Companhia" ou "OTP") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Odebrecht TransPort S.A.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Odebrecht TransPort S.A. e da Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Salvador, 27 de fevereiro de 2014

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Antonio', is written over the printed name of the auditor.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC/2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Felipe Edmond Ayoub', is written over the printed name of the accountant.

Felipe Edmond Ayoub
Contador CRC-1SP187402/O-4

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Balancos patrimoniais Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado			Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado		
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012		31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
				(Reapresentado)	(Reapresentado)				(Reapresentado)	(Reapresentado)	
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	566.926	148.154	854.479	1.143.561	1.146.820	Empréstimos e Financiamentos (Nota 12)	57.818	445.994	306.734	107.100	
Aplicações financeiras (Nota 7)	1.188.186		1.590.046			Debêntures (Nota 12)	1.297	264.384	90.792	129.974	
Contas a receber (Nota 8)			142.582	54.496	23.396	Fornecedores	18.933	223.438	84.976	90.930	
Despesas antecipadas	500		20.861	29.472	44.844	Partes relacionadas (Nota 14)		186	18.891	16.045	
Partes relacionadas	2.631					Dividendos mínimo obrigatório		63.389	47.805	34.694	
Dividendos mínimo obrigatório	533					Obrigações sociais e trabalhistas		4.331	45.020	4.321	
Estoques			25.613	23.809	16.660	Credor pela aquisição da concessão (Nota 15)		5.525	20.555	14.805	
Tributos a recuperar	2.264		47.971	42.067	11.104	Parcelamento (Nota 16)		1.434	8.798	8.221	
Outros ativos	10.140	98	24.773	13.742	11.249	Programa de recuperação fiscal (Refis) (Nota 17)		20.844	22.967	18.539	
	1.771.180	148.252	2.706.325	1.307.147	1.254.073	Impostos, taxas e contribuições sociais	2.907	33	43.356	14.938	
						Outros passivos	4.668	383			
							85.623	416	1.086.173	686.894	439.567
Não circulante						Não circulante					
Aplicações financeiras (Nota 7)	2.997		10.596	7.494	7.532	Empréstimos e Financiamentos (Nota 12)	191.793	2.616.998	1.687.055	886.172	
Contas a receber (Nota 8)			39.004	28.650	34.524	Debêntures (Nota 12)	285.615	2.064.900	1.861.901	1.599.829	
Partes relacionadas (Nota 14)	293.081	8.010				Instrumentos Financeiros (Nota 13)		20.913	52.603		
Depósitos judiciais (Nota 20 (a))			7.416	5.494	4.122	Partes relacionadas (Nota 14)		500	1.156	13.712	
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 18 (a)(i))			768.544	713.501	260.706	Credor pela aquisição da concessão (Nota 15)		32.230	34.127	34.481	
Outros ativos			2.936	5.592	2.051	Parcelamento (Nota 16)		6.746	62.995	71.397	
	296.078	8.010	828.496	774.653	351.345	Programa de recuperação fiscal (Refis) (Nota 17)		3.211	4.418	11.786	
						Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 18 (a)(ii))		239.989	242.182	394.750	
						Provisões para contingências (Nota 20)		83.838	117.648	78.226	
						Provisões para perdas de investimento (Nota 9)	15.602				
						Outros passivos		4.119	4.362	5.543	
							493.010	5.073.444	4.068.147	3.095.896	
Investimentos (Nota 9)	1.459.329	1.578.110	211.916	142.308	149.044	Patrimônio líquido (Nota 19)					
Imobilizado (Nota 10)			1.725.680	1.347.489	554.536	Capital social	1.610.713	182.142	1.610.713	182.142	126.990
Intangível (Nota 11)	916.129	903.802	5.032.088	4.338.577	4.079.671	Reservas de capital	621.483	645.320	621.483	645.320	
	2.671.536	2.489.922	7.798.180	6.603.027	5.134.596	Reservas de lucros	1.544.397	1.743.064	1.544.397	1.743.064	1.474.251
						Ajuste de avaliação patrimonial	87.490	67.232	87.490	67.232	80.290
							3.864.083	2.637.758	3.864.083	2.637.758	1.681.531
						Participação dos não controladores		480.805	514.375	1.171.675	
								4.344.888	3.152.133	2.853.206	
Total do ativo	4.442.716	2.638.174	10.504.505	7.910.174	6.388.669	Total do passivo e patrimônio líquido	4.442.716	2.638.174	10.504.505	7.910.174	6.388.669

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Operações continuadas				(Reapresentado)
Receita líquida (Nota 22)			1.756.219	1.266.396
Custos de construção (Nota 23)			(657.937)	(410.145)
Custos dos serviços prestados			(658.585)	(442.860)
Lucro bruto			439.697	413.391
Despesas operacionais				
Gerais e administrativas (Nota 26)	(11.897)	(519)	(325.274)	(284.222)
(Prejuízo) lucro operacional	(11.897)	(519)	114.423	129.169
Resultado de participação societária (Nota 9 (ii))	(194.227)	268.966	(31.280)	(10.937)
Resultado financeiro, líquido (Nota 24)	7.457	366	(407.954)	(272.382)
Outras despesas, líquidas			(419)	(730)
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(198.667)	268.813	(325.230)	(154.880)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (Nota 18)			55.056	367.529
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(198.667)	268.813	(270.174)	212.649
Atribuível a				
Acionistas da Companhia			(198.667)	268.813
Participação dos não controladores			(71.507)	(56.164)
			(270.174)	212.649
(Prejuízo) lucro líquido por lote de mil ações do capital social - R\$ (Nota 28)			(1,48)	1,17

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(198.667)	268.813	(270.174)	212.649
Outros componentes do resultado abrangente				
Ajuste de conversão de investidas no exterior	7.254	2.154	12.090	3.590
Ajuste de avaliação patrimonial	1.661		1.661	
Ajuste de diferido de controlada (Nota 19 (b))		5.883		5.883
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(189.752)</u>	<u>276.850</u>	<u>(256.423)</u>	<u>222.122</u>
Atribuível				
Acionistas da Companhia	(189.752)	276.850	(189.752)	276.850
Participação dos não controladores			(66.671)	(54.728)
	<u>(189.752)</u>	<u>276.850</u>	<u>(256.423)</u>	<u>222.122</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Atribuível aos acionistas da controladora								Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Participação dos não controladores	
			Legal	Realização de investimento	Reserva de lucros a realizar				
Em 01 de janeiro de 2012	126.990		25.398	101.593	1.347.260	80.290	1.681.531	1.171.675	2.853.206
Lucro líquido do exercício							268.813	(56.164)	212.649
Ajuste de conversão de investidas no exterior (Nota 19 (b))						2.154	2.154	1.436	3.590
Ajuste de diferido de controlada						5.883	5.883		5.883
Total resultado abrangente do exercício						8.037	276.850	(54.728)	222.122
Aumento de capital	509						509		509
Incorporação de ações (Nota 1)	54.643	645.320					699.963	(699.963)	
Perda na transação de capital (Notas 2.23 e 19 (b))						(21.095)	(21.095)	21.095	
Constituição de reservas (Nota 19 (c))			11.030	44.121	213.662		(268.813)		
Outras transações com não controladores								76.296	76.296
Em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)	182.142	645.320	36.428	145.714	1.560.922	67.232	2.637.758	514.375	3.152.133
Prejuízo do exercício							(198.667)	(71.507)	(270.174)
Ajuste de conversão de investidas no exterior (Nota 19 (b))						7.254	7.254	4.836	12.090
Ajuste de avaliação de <i>hedge accounting</i> (Notas 19 (b))						1.661	1.661		1.661
Total resultado abrangente do exercício						8.915	(189.752)	(66.671)	(256.423)
Aumento de capital (Nota 19 (a))	1.428.571						1.428.571		1.428.571
Compensação do prejuízo					(198.667)		198.667		
Custo de transação da emissão de ações (Nota 19 (a))		(23.837)					(23.837)		(23.837)
Perda na transação de capital (Nota 19 (b))						11.343	11.343	(11.343)	
Outras transações com não controladores								44.444	44.444
Em 31 de dezembro de 2013	1.610.713	621.483	36.428	145.714	1.362.255	87.490	3.864.083	480.805	4.344.888

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais				(Reapresentado)
(Prejuízo) lucro do período antes do imposto de renda e da contribuição social	(198.667)	268.813	(325.230)	(154.880)
Ajustes para reconciliação do lucro (prejuízo) do exercício:				
Depreciação e amortização			171.817	89.260
Resultado de equivalência patrimonial	194.227	(268.966)	31.280	10.937
Provisão para contingências			(834)	39.421
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidos	10.038	(42)	443.563	345.655
Tributos diferidos			60.388	
Receita diferida			9.248	
Outros			(643)	(7.466)
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	5.598	(195)	389.589	322.927
Variações nos ativos e passivos:				
Estoques			(1.805)	(7.148)
Contas a receber			(100.354)	(24.652)
Tributos a recuperar	(2.080)		(10.214)	(14.458)
Despesas pagas antecipadamente	(500)		3.961	20.814
Adiantamento a fornecedores, subempreiteiros e outros			75.082	(25.326)
Outros ativos	(10.109)	(97)	(498)	5.806
Fornecedores e subempreiteiros	145		104.670	(16.713)
Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)			(8.074)	(8.559)
Parcelamentos			(76.746)	(18.593)
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	2.874	31	17.058	6.143
Outros passivos	22.855	384	(4.094)	23.981
Caixa aplicado nas operações				
Juros pagos	(10.270)		(260.379)	(222.301)
Imposto de renda e contribuição social pagos			(4.441)	(2.552)
Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades operacionais	8.513	123	123.755	39.369
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições ao investimento em participações societárias	(56.628)	(2.844)	(86.575)	(73)
Adições ao imobilizado			(510.200)	(608.061)
Adições ao intangível			(827.180)	(429.103)
Reestruturação societária	251.608	150.000		
Aplicações Financeiras	(1.191.133)		(1.561.565)	
Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades de investimentos	(996.153)	147.156	(2.985.520)	(1.037.237)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

(continuação)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Dividas de curto e longo prazos, líquida				
Captações	281.848		1.385.791	1.153.630
Amortização de empréstimos			(267.441)	(245.461)
Partes relacionadas				
Recursos liberados	(285.669)		(365.945)	(21.123)
Recursos recebidos	5.498	450	407.445	7.105
Debêntures				150.000
Obrigações do poder concedente				(19.143)
Aumento de capital social	1.404.735	384	1.412.833	(30.447)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	1.406.412	834	2.572.683	994.561
Efeito de caixa das empresas incluída / excluídas na consolidação				48
Redução de caixa e equivalente de caixa	418.772	148.113	(289.082)	(3.259)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	148.154	41	1.143.561	1.146.820
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	566.926	148.154	854.479	1.143.561

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Odebrecht TransPort S.A. (“Companhia” ou “OTP”), cuja a razão social até 14 de setembro de 2012 era OTP Transport S.A., de forma conjunta com suas controladas diretas e indiretas (“Grupo”), tendo por objeto social:

- (i) A participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou de fato operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, portos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras interior, portos secos e/ou centros logísticos industriais aduaneiros;
- (ii) A operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público privadas ou empreendimentos privados, atuando na cobrança dos serviços prestados, implantação, estudos ambientais ou outros, operação e manutenção do empreendimento, concessão ou parceria, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e
- (iii) Participar de consórcios ou de atividades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas nos itens (i) e (ii) acima.

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht (“Organização” ou “Grupo”), sendo controlada pela Odebrecht S.A. (“ODB”).

Formação da atual estrutura societária

Em 10 de fevereiro de 2012, a controlada Odebrecht Transport Participações S.A. (“OTPP”) adquiriu pelo montante de R\$ 64.640, 80% das ações da Nascon Participações S.A. (“Nascon”), através (i) da subscrição de ações ordinárias, representativas de 79,995% do capital da Nascon e (ii) do compromisso de aquisição de 0,005% de ações ordinárias do antigo acionista controlador. Referida transação foi tratada como uma combinação de negócios. Em 23 de maio de 2012, a Nascon teve sua denominação social alterada para Liquiport Vila Velha S.A. (“LiquiPort”).

Em 09 de abril de 2012, foi aprovado pelo poder concedente a transferência de 50% da participação, anteriormente detida pela (“OPI”), na Concessionária Rota do Atlântico S.A. (“CRA”), constituída em 10 de junho de 2011, para a titularidade da controlada OTPP, sendo mantidas inalteradas as ações de titularidade da Invepar, representando os demais 50% do capital social.

Em 20 de abril de 2012, a controlada OTPP subscreveu 3.999.600 ações correspondentes a 33,33% de participação do capital social, da Concessionária Transolímpica S.A. (“Transolímpica”). A empresa tem por objeto social específica e exclusivamente os serviços de implantação, operação, manutenção, monitoramento, conservação e realização de melhorias da ligação Transolímpica.

Em 21 de junho de 2013, a investida Transolímpica teve sua razão social alterada para Concessionária ViaRio S.A. (“ViaRio”).

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 20 de agosto de 2012, a OTPP subscreveu 25.000.000 de ações do capital social da Z.X.T.S.P.E Empreendimentos e Participações S.A. (“Z.X.T”) pelo montante de R\$ 25.000, que tem por objetivo social (i) Atividade de gestão e prestação de serviços de intermediação de pagamento automático de pedágios e estacionamentos, com possibilidade de utilização de créditos na compra de serviços e produtos; (ii) venda, revenda, aluguel e manutenção de sistemas de automação insumos e equipamentos nacionais e importados necessários à prestação dos serviços descritos acima; e (iii) participar de sociedades que explorem direta ou indiretamente as atividades no item (i) e (ii) acima.

Em 03 de outubro de 2012, a Z.X.T teve sua razão social alterada para Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (“Conectcar”).

Em 23 de novembro de 2012, a Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. (“IPP”) subscreveu aumento de capital no montante de R\$ 25.000 na Conectar, mediante a emissão de 25.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00, passando a deter o seu controle de forma compartilhada com a controlada OTPP.

Em 19 de outubro de 2012, a OTPP constituiu em conjunto com APMR Investimentos e Participações Ltda, Radio e Televisão Bandeirantes de Minas Gerais Ltda e Kalítera Engenharia Ltda uma sociedade por ações sob a denominação de PRA SP – Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. (“PRA”) tendo por objeto social específica e exclusivamente a prestação de serviços de utilidade pública na Cidade de São Paulo, sob o regime de concessão. A Companhia possui 58,7% (31 de dezembro de 2012, a controlada OTPP possuía 64%) de participação do capital social da PRA.

Em 31 de março de 2013, a PRA teve sua razão social alterada para OTIMA – Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. (“OTIMA”).

A Controlada OTPP passou por um processo de reestruturação societária motivado por razões negociais e econômicas na dimensão do grupo empresarial do qual faz parte, com objetivos principais na melhoria da gestão das atividades e eficiência nos investimentos no segmento de transportes e logística além da simplificação de estruturas societárias com consequente redução de custos administrativos. Referido processo ocorreu em etapas:

- . Em 30 de outubro de 2012, ocorreu a incorporação das ações da OTPP pela OTP TransPort Participações S.A. (“OTPT”), na forma do artigo 252 da Lei nº 6.404/76, com a conversão da OTPP em subsidiária integral da OTPT. Em decorrência desse evento foi atribuída 1,079931434037 ação ordinária de emissão da OTPT para cada 1 (uma) ação ordinária de emissão da OTPP incorporada. Referida relação de substituição das ações da OTPP pelas ações da OTPT levou em consideração a avaliação econômico-financeira das companhias, de forma que foram emitidas 78.877.909 (setenta e oito milhões, oitocentos e setenta e sete mil, novecentas e nove) novas ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, da OTPT.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- . Em 09 de novembro de 2012, ocorreu a incorporação da totalidade das ações de emissão da OTPT pela Companhia, nos termos do artigo 252 da Lei das S.A., com a conversão da OTPT em subsidiária integral da Companhia. Em decorrência desse evento foi atribuída 0,692747344507 ação ordinária de emissão da Companhia para cada 1 (uma) ação ordinária de emissão da OTPT incorporada. Referida relação de substituição das ações da OTPT pelas ações da Companhia levou em consideração a avaliação patrimonial das companhias, de forma que foram emitidas 54.642.462 (cinquenta e quatro milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e dois) novas ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, da Companhia, sendo destinados R\$ 54.642 para aumento de Capital e R\$ 645.320 para Reserva de Capital.
- . Em 23 de novembro de 2012, ocorreu a incorporação reversa da OTPT pela OTPP, sendo a totalidade das ações ordinárias existentes, detidas pela incorporada OTPT na incorporadora OTPP atribuídas à única acionista da OTPT: a Companhia. Considerando-se que a OTPT era titular de 100% (cem por cento) do capital votante e total da OTPP, o aumento do capital social da OTPP foi realizado exclusivamente pelo acervo líquido da OTPT, sem o seu investimento na OTPP, correspondendo a R\$ 118, com a emissão de 118.508 ações ordinárias, sendo todas estas ações ordinárias atribuídas à Companhia como única acionista.
- . Em 21 de dezembro de 2012, ocorreu a cisão parcial da controlada OTPP, seguida de incorporação reversa de parte do acervo cindido pela Embraport – Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A. (“Embraport”), Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“CRB”) e Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. (“CRC”), composto pelos respectivos investimentos na OTPP e correspondentes ágios fundamentados em perspectiva de resultados futuros, e de incorporação dos demais itens do acervo cindido, correspondentes basicamente à participação societária da investida Hostens Holding S.A. (“Hostens”) e caixa de R\$ 150.000 pela Companhia, precedida dos seguintes lançamentos preparatórios no montante líquido de R\$ (372.744): (i) reversão dos lançamentos contábeis referentes ao reconhecimento de “ganho pela mensuração de participação anterior a valor justo quando da aquisição de controle – CPC 15” em relação ao investimento acima especificado, detido pela OTPP na Embraport, sendo o valor de R\$ 278.258 revertido contra a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados e o valor de R\$ 145.419 revertidos contra a conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP; (ii) reversão de parte da conta de Provisão do Ágio (ICPC 09, item 66), que apresentava provisão de 100% sobre o valor dos ágios fundamentados em expectativa de resultados futuros registrados sobre os investimentos na Embraport CRB e CRC, de forma que esta passe a representar 66% do valor dos referidos ágios (reversão de 34%), refletindo-se a expressão econômica deste ativo fiscal, em atenção às melhores práticas contábeis. Referida reversão da Provisão do Ágio (ICPC 09, item 66), no montante total (referente aos mencionados investimentos) de R\$ 332.293 foi feita diretamente à conta de reserva de capital no patrimônio Líquido; (iii) constituição de provisão complementar sobre o ágio fundamentado em expectativa de resultados futuros registrado sobre o investimento na EMBRAPORT, no montante de R\$ 281.361 em contrapartida da conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP.

Em decorrência da cisão parcial, o capital social da Controlada OTPP foi reduzido em R\$ 1.531.532, com o cancelamento de 1.480.601.313 ações ordinárias, sem valor nominal, detidas pela Companhia, passando para R\$ 226.855, representado por 226.855.531 ações ordinárias nominativas, e sem valor nominal.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 07 de maio de 2013, a Companhia constituiu, em conjunto com Actua Assessoria S.A., Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR, Riopar Participações S.A., RATP do Brasil Operações, Participações e Prestações de Serviços para Transportes LTDA., e Benito Roggio Transporte Sociedad Anónima, uma sociedade por ações sob a denominação Concessionária do VLT Carioca S.A. (“VLT Carioca”), tendo por objeto social a execução dos serviços, fornecimento e obras de implantação, operação e manutenção do sistema de transporte coletivo de passageiros, por meio de Veículos Leves Sobre Trilhos –VLT. A Companhia possui 15.253.863 ações ordinárias nominativas, correspondente a 24% do capital social da investida.

Em 30 de junho de 2013, a Controlada OTPP foi parcialmente cindida, sendo o acervo líquido cindido de seu patrimônio incorporado integralmente pela Companhia. Os elementos que compõem o acervo líquido total cindido do patrimônio da OTPP, que em seguida foram incorporados pela Companhia, consistem:

- (i) Parcela de “equivalente de caixa”;
- (ii) Participação societária até então detida pela OTPP no capital social da Logum Logística S.A. (“Logum”), composta por 86.111.288 ações ordinárias nominativas sem valor nominal;
- (iii) Participação societária até então detida pela OTPP no capital da Concessionária Litoral Norte S.A. (“CLN”), composta por 2.668.448 ações ordinárias nominativas sem valor nominal;
- (iv) Participação societária até então detida pela OTPP no capital da Conectcar, composta por 25.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal;
- (v) Participação societária até então detida pela OTPP no capital da Liquiport, composta por 1.999.375 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, bem como o saldo passivo da dívida para com a integralização/aquisição das ações até então subscritas;
- (vi) Participação societária até então detida pela OTPP no capital da Concessionária Bahia Norte S.A. (“CBN”), composta por 57.500.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal;
- (vii) Participação societária até então detida pela OTPP no capital da OdTrans Holding GmbH (“OdTrans”), composta por 35.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal;
- (viii) Dívida decorrente do Contrato de Abertura de Crédito, celebrado com o Banco do Brasil S.A.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para fins da cisão seguida de incorporação, foi adotado o procedimento prévio de absorção do saldo da conta de Prejuízos Acumulados no montante de R\$ 117.241 pela conta de Reserva de Capital. Foi realizada também a cisão do Patrimônio Líquido da OTPP em contrapartida do seu Capital Social, no montante de R\$ 2.831 (a débito) e da conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP no montante de R\$ 1.831 (a crédito), fazendo refletir, nestes lançamentos, para todos os fins de direito, o mesmo efeito que se daria caso houvesse o mero estorno dos saldos ainda não realizados contra resultado, existentes na conta de AAP antes da operação de cisão, conforme segue:

	Saldos em 30 de junho de 2013	Acervo líquido cindido	Saldos remanescentes
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	401.604	(80.067)	321.537
Demais contas a receber	22.673		22.673
	<u>424.277</u>	<u>(80.067)</u>	<u>344.210</u>
Não circulante			
Demais contas a receber	41.150		41.150
	<u>41.150</u>		<u>41.150</u>
Permanente			
Investimentos	571.274	(164.497)	406.777
Imobilizado	2.904		2.904
Intangível	30.949	(21.662)	9.287
	<u>605.127</u>	<u>(186.159)</u>	<u>418.968</u>
Total do Ativo	1.070.554	(266.226)	804.328
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	378		378
Impostos, taxas e contribuições sociais	4.233		4.233
Obrigações sociais e trabalhistas	6.896		6.896
Demais contas a pagar	20.129	(18.017)	2.112
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	4.371		4.371
	<u>36.007</u>	<u>(18.017)</u>	<u>17.990</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	247.209	(247.209)	
Instrumentos financeiros	492.514		492.514
Demais contas a pagar	2.530		2.530
	<u>742.253</u>	<u>(247.209)</u>	<u>495.044</u>
Patrimônio Líquido			
Capital social	226.856	(2.831)	224.025
Reservas de capital	270.281		153.040
Prejuízos Acumulados	(117.241)		
Ajuste de avaliação patrimonial e CTA	1.829	1.831	3.660
Resultado do exercício	(89.431)		(89.431)
	<u>292.294</u>	<u>(1.000)</u>	<u>291.294</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	1.070.554	(266.226)	804.328

Em decorrência da cisão parcial, o capital social da Controlada OTPP foi reduzido em R\$ 2.831, com o cancelamento de 2.830.871 ações ordinárias, sem valor nominal, detidas pela Companhia, para R\$ 224.024, representado por 224.024.661 ações ordinárias nominativas, e sem valor nominal.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 03 de julho de 2013, a Companhia adquiriu 2.000 ações da Odebrecht Comercializadora de Energia S.A. (“OCE”), as quais se encontram totalmente integralizadas, pelo montante de R\$ 2, representando 20% (vinte por cento) do capital social da empresa adquirida. A OCE tem como objeto social: (i) comprar e vender de energia elétrica nas diferentes formas e modalidades e desenvolver todas as atividades; e (ii) prestar todos os serviços associados ou necessárias às atividades de comercialização de energia elétrica, em todas as formas e modalidades, no âmbito do setor elétrico brasileiro e/ou de outros países.

Em 17 de setembro de 2013, foi aprovada a incorporação reversa da Hostens pela Embraport, de forma que a Companhia aumentou sua participação direta na controlada Embraport. Em decorrência desta operação foram destinadas 4.328.319 ações ordinárias da Embraport para a Companhia, equivalente à proporção de sua participação no capital da Hostens. Assim, o percentual de participação da Companhia na Embraport passou de 57,82% a 63,67%, representados por 47.138.144 ações ordinárias.

Em 20 de setembro de 2013 a Companhia constituiu uma sociedade anônima fechada sob a denominação de Odebrecht TransPort Aeroportos S.A. (“OTPA”) cujo objeto social é a participação em outras sociedades, comerciais, civis, ou consórcio, seja como sócia, acionista, quotista ou consorciada, bem como outras atividades autorizadas, necessárias ou úteis à execução de seu objeto social. A Companhia possui 100% de participação no capital social da OTPA. Em 29 de novembro de 2013, a Companhia subscreveu um aumento de capital no montante de R\$ 328 na OTPA, mediante a emissão de 327.043 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00. Com o aumento, o capital social da investida é composto por 327.543 ações.

Em 30 de novembro de 2013, foi aprovada cisão parcial da OTPP, sendo o acervo líquido cindido integralmente incorporado pela Companhia, e os elementos consistem em:

- (i) Parcela de “equivalente de caixa”;
- (ii) Contas a receber;
- (iii) Participação societária, até então, detida pela OTPP no capital da ViaRio, composta por 22.587.741 ações ordinárias nominativas sem valor nominal;

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O acervo líquido, acima descrito, foi cindido do patrimônio líquido da OTPP em contrapartida do seu capital social no montante de R\$ 200.000, conforme segue:

	Saldos em 30 de novembro de 2013	Acervo líquido cindido	Saldos remanescentes
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa			
Equivalente de caixa moeda nacional	266.320	(171.541)	94.779
Outros	5.055		5.055
Outras contas a receber			
Outras contas a receber	12.223	(8.354)	3.869
Outros	17.736		17.736
	<u>301.334</u>	<u>(179.895)</u>	<u>121.439</u>
Não circulante			
Creditos diversos	46.280		46.280
	<u>46.280</u>		<u>46.280</u>
Permanente			
Investimentos			
ViaRio	20.105	(20.105)	
Outros	386.762		386.762
	<u>406.867</u>	<u>(20.105)</u>	<u>386.762</u>
Imobilizado	6.759		6.759
Intangível	9.286		9.286
	<u>16.045</u>		<u>16.045</u>
Total do ativo	<u>770.526</u>	<u>(200.000)</u>	<u>570.526</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	1.342		1.342
Retenções na fonte a recolher	631		631
Obrigações tributárias a pagar	104		104
Obrigações sociais e trabalhistas	12.013		12.013
Outras contas a pagar	947		947
Provisão para encargos sociais e trabalhistas	4.793		4.793
	<u>19.830</u>		<u>19.830</u>
Não circulante			
Outras exigibilidades	11.168		11.168
Instrumentos financeiros	516.328		516.328
	<u>527.496</u>		<u>527.496</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	224.025	(200.000)	24.025
Reservas de capital	153.040		153.040
Ajuste de avaliação patrimonial e CTA	6.444		6.444
Resultado do exercício	(160.310)		(160.310)
	<u>223.199</u>	<u>(200.000)</u>	<u>23.199</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>770.525</u>	<u>(200.000)</u>	<u>570.525</u>

Com a cisão parcial de 30 de novembro de 2013, o capital social da Controlada OTPP foi reduzido em R\$ 200.000, com o cancelamento de 200.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal, detidas pela Companhia, passando o capital social da OTPP para R\$ 24.025, representado por 24.024.660 ações ordinárias nominativas, e sem valor nominal.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 25 de novembro de 2013, a Companhia constituiu, em conjunto com Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios, S.A., UTC Participações S.A. e EcoRealty – Fundo de Investimento em Participações, uma sociedade por ações sob a denominação de Concessionária Move São Paulo S.A. (“Move SP”) cujo objeto social envolve específica e exclusivamente a prestação dos serviços públicos de transporte de passageiros da Linha 6 – Laranja de metrô da cidade de São Paulo, sob o regime de concessão patrocinada. A Companhia possui 19,61% de participação no capital social da Move SP.

Em 01 de dezembro de 2013, a controlada OTPP teve seu capital social aumentando em R\$ 153.041 passando de R\$ 24.024 para R\$ 177.065, mediante a capitalização do saldo de Reserva de Capital, com a emissão de 153.040.278 novas ações.

Em 26 de dezembro de 2013, foi aprovado o aumento do social da Companhia, em R\$ 1.428.571, passando de R\$ 182.142 para R\$ 1.610.713, mediante a emissão de 32.525.276 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 43,92, sendo o montante de R\$ 1.000.000 subscrito pelo BNDES Participações S.A. (“BNDESPAR”), representado por 22.767.693 ações, e R\$ 428.571 subscrito pelo Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS representado por 9.757.583 ações.

Em 27 de dezembro de 2013, a Companhia constituiu uma sociedade de propósito específico sob denominação Concessionária Rota do Oeste S.A. (“CRO”), em virtude do procedimento licitatório promovido pelo União Federal por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) nos termos do Edital de Concessão nº 003/2013, cujo objeto social envolve específica e exclusivamente a recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação da capacidade do sistema rodoviário da BR-163/MT. A Companhia possui 1.000 ações ordinárias nominativas, correspondente a 100% do capital social da investida.

Em 28 de dezembro de 2013, foi aprovado a redução do capital social da controlada OTPP pelo critério de valor contábil em R\$ 30.614, passando de R\$ 177.065 para R\$ 146.451, com o cancelamento de 30.613.950 ações de emissão da OTPP. Pela devolução de parte da participação que a Companhia detinha no capital social da OTPP, a Companhia recebeu as ações da CRA e OTIMA, avaliadas pelo valor contábil de R\$ 30.042 e R\$ 572, que representam 50% e 58,70%, respectivamente, de seus capitais sociais.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 27 de fevereiro de 2014.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

(c) Aplicação retrospectiva - mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A revisão do pronunciamento CPC 19 foi adotado para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013, causando impacto para Companhia.

A revisão do CPC 19 (R2)/IFRS 11 - "Negócios em Conjunto" foca nos direitos e nas obrigações das partes em conjunto ao invés do formato legal. Existem dois tipos de negócios em conjunto: operações em conjunto (*joint operations*) e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). Operações em conjunto surgem onde os investidores têm direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. O operador em conjunto deve reconhecer seus ativos, passivos, receitas e despesas. Empreendimentos controlados em conjunto surgem quando os direitos são sobre os ativos líquidos do negócio e são reconhecidos com base no método de equivalência patrimonial. Consolidação proporcional não é mais permitida. Os impactos dessa adoção nas demonstrações financeiras estão divulgados na Nota 30.

2.2 Consolidação

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades incluindo as entidades de propósito específico (EPE's), nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito aos retornos variáveis decorrente de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia usa o método de contabilização da aquisição previsto no CPC 15, “Combinação de negócios”, para contabilizar as aquisições de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com a aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excedente do custo de aquisição que ultrapassar o valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença, após refeitos todos os cálculos e confirmada a compra vantajosa, é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Coligadas e controladas em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

(c) Transações e participações não controladoras

O grupo trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial.

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Companhias consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias, diretas e indiretas em 31 de dezembro:

	<u>Participação no capital social(%)</u>		
	<u>País</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Companhias consolidadas diretamente			(Reapresentado)
Odebrecht Transport Participações S.A	Brasil	100,00%	100,00%
Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.	Brasil	74,13%	74,13%
Concessionária Rota das Bandeiras S.A.	Brasil	100,00%	100,00%
Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A.	Brasil	63,67%	57,82%
Odebrecht Transport Aeroportos S.A.	Brasil	100,00%	
Concessionário Rota do Oeste S.A	Brasil	100,00%	
Liquiport Vila Velha S.A. (*)	Brasil	80,00%	
OdTrans Holding GMBH (*)	Austria	100,00%	
OTIMA - Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. (**)	Brasil	58,70%	
Companhias consolidadas indiretamente			
OdTrans Holding GMBH	Austria		100,00%
Rio Trens Corporation	Ilhas Cayman	60,00%	60,00%
Rio Trens Participações S.A.	Brasil	60,00%	60,00%
SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A.	Brasil	59,99%	59,99%
Liquiport Vila Velha S.A.	Brasil		80,00%
OTIMA - Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.	Brasil		64,00%
Entidade de propósito específico ("EPE")			
Fundo de investimento Caixa Atlântico	Brasil	91,32%	

(*) empresas havidas por sucessão tendo como data base 30 de junho de 2013 (Nota 1).

(**) empresas havidas por sucessão tendo como data base 28 de dezembro de 2013 (Nota 1).

2.3 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Administração, responsável pela tomada de decisão, pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, para o qual as informações financeiras individualizadas estão disponíveis (Nota 21).

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas, exceto as investidas OdTrans e RTC, com moeda funcional em Euro e Dólar Americano, respectivamente.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

(c) Conversão de controladas no exterior

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), são convertidos para real, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado, na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente, classificados no ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Resultados financeiros", no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nestes casos, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Em 31 de dezembro de 2013, compreendem "Aplicações financeiras".

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Em 31 de dezembro de 2013, compreendem "Contas a receber", "Demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa".

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados inicialmente ao valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado Financeiro, líquido" no período em que ocorrem.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

Cada controlada, avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Como um expediente prático, cada controlada pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Caso no período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não foram identificadas pela administração da Companhia e de suas controladas, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment*.

(b) Instrumentos financeiros e *Hedge Accounting*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. A Companhia e suas controladas adotam, quando aplicável, a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa).

A Companhia e suas controladas documentam, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A Companhia e suas controladas também documentam sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

Os valores justos dos instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 13. As movimentações nos valores de *hedge* classificados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido estão demonstradas na Nota 19 (b). O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses. Os derivativos de negociação são classificados como ativo ou passivo circulante.

(i) *Hedge* de fluxo de caixa

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a venda prevista que é protegida por *hedge*). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros que protege os empréstimos com taxas variáveis é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos". Entretanto, quando a operação prevista protegida por *hedge* resultar no reconhecimento de um ativo não financeiro (por exemplo, estoques ou ativos fixos), os ganhos e as perdas previamente diferidos no patrimônio são transferidos do patrimônio e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo. Os valores diferidos são, finalmente, reconhecidos no custo dos produtos vendidos, no caso dos estoques, ou na depreciação, no caso de bens do ativo imobilizado.

Quando um instrumento de *hedge* vence ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecido no resultado quando a operação for reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulado que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado em ganhos e (perdas), líquidos.

(ii) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos".

2.7 Contas a receber – Consolidado

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos os créditos de liquidação duvidosa "CLD" (*impairment*), se aplicável. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.8 Estoques – Consolidado

Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante.

2.9 Despesas antecipadas – Consolidado

As despesas antecipadas referem-se a valores pagos antecipadamente que serão contabilizadas no resultado à medida em que as despesas forem incorridas.

2.10 Adiantamento a fornecedores – Consolidado

Os adiantamentos a fornecedores representam valores concedidos a fornecedores, em virtude de cumprimento de cláusulas contratuais.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.11 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido – Consolidado

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.12 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.13 Ativos intangíveis

(a) Ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão

Os ativos intangíveis constituídos em decorrência dos contratos de concessão são registrados em atendimento às Interpretações Técnica ICPC 01, ICPC 17 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê, correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 e SIC 29 sobre Contratos de Concessão.

O ativo intangível é avaliado pelo valor justo, determinado pela receita estimada de formação da infraestrutura necessária para prestação dos serviços de concessão pública. Essa receita é estimada considerando os investimentos efetuados pelo Grupo e suas controladas na aquisição, melhoria e formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, quando aplicável, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da concessionária na formação do seu ativo intangível.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada a partir da data em que encontra-se disponível para ser utilizado nas operações da correspondente controlada, sendo que os investimentos realizados são avaliados a valor de custo do investimento e classificados como intangível em formação, equivalente à infraestrutura em formação de cada concessionária.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela controlada, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

(b) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível". Eventual deságio apurado é registrado como ganho no resultado do período na data da aquisição.

O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

(c) Direitos de outorga da concessão – Consolidado

O direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica "Direito de outorga da concessão", no ativo intangível (Nota 11 (b)). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante e não circulante.

O direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada pelo padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros. Quando não é possível determinar esse padrão com confiabilidade, as controladas utilizam o método linear.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.14 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.15 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros, inclusive debêntures que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificadas como passivo. Os encargos incidentes sobre as debêntures e a amortização dos custos de transação são reconhecidos na demonstração do resultado como despesa financeira.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.16 Credor pela aquisição da concessão - Consolidado

Os credores pela concessão estão registrados no passivo circulante e não circulante, a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras.

2.17 Provisões - Consolidado

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.18 Demais passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data das demonstrações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.19 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado.

2.20 Reconhecimento de receita

(a) Receitas de serviços

Bilheteria de mobilidade urbana

A receita de venda de bilhetes compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo, quando aplicável.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo.

Pedágio de rodovias

As receitas provenientes de pedágios de algumas controladas do Grupo e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e compreende o valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades de algumas controladas indiretas da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

Espaços publicitários e comerciais

A receita de espaços publicitários e comerciais do Grupo é proveniente da exploração de espaços publicitários, sendo registrada de acordo com a veiculação da publicidade contratada, cujo prazo médio de veiculação das campanhas, na maioria dos casos, é de uma semana.

Receitas portuárias

As receitas portuárias da Companhia são provenientes das operações de movimentações de containers e armazenagem da controlada Embraport.

(b) Receitas de construção

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pelo Grupo na formação da infraestrutura de cada contrato e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento do Grupo na formação do seu ativo intangível, presente nos contratos de concessões públicas (ICPC 01 e OCPC 05), já que o Grupo adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 17 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – Contratos de Construção (CPC 17), segundo o método de custo acrescido de margem, que varia de 0% a 1% nas empresas do Grupo.

Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos e custos de construção na demonstração do resultado do mês de competência, e está diretamente relacionada ao respectivo ativo intangível formado.

A margem de lucro de construção do ativo intangível é econômica e não tem efeito caixa, por esta razão, está sendo apresentada como item de ajuste do lucro antes do imposto de renda e contribuição social, para fins de determinação dos fluxos de caixa das atividades operacionais do Grupo.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.21 Regime Tributário de Transição

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, com vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente realizados até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia analisou os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma, e a adoção de forma antecipada dos preceitos atualmente disciplinados pela MP não deverá produzir impactos relevantes na presente Demonstração Financeira. Não obstante, a Companhia está aguardando a conversão da referida Medida Provisória em Lei para que possa decidir sobre a efetiva adoção antecipada da opção, após análise do texto final a ser promulgado.

2.22 Depósitos judiciais

Existem situações em que o Grupo questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Nestas situações, não havendo a possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para o Grupo, esses depósitos são atualizados monetariamente.

2.23 Perda na transação de capital

Mudanças na participação relativa da controladora sobre uma controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários) nas demonstrações consolidadas.

Em tais circunstâncias, o valor contábil da participação da controladora e o valor contábil da participação dos não controladores devem ser ajustados para refletir as mudanças nas participações relativas das partes na controlada. Qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tenha sido ajustada e o valor justo da quantia recebida ou paga deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora, e não como resultado.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.24 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi adotada, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.
- O IFRS 9 (CPC 38)- "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010, e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2017.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia e suas controladas.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

O Grupo verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não foram identificadas pela administração do Grupo evidências objetivas que requeressem o registro de perdas de *impairment* para os ativos financeiros.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A estimativa de realização do IR/CSL diferidos está apresentado na Nota 18.

(c) Reconhecimento de Receita de construção

Na apuração do valor justo da receita de construção as controladas CRC, CRB e a controlada indireta SuperVia utilizaram o custo total incorrido, mais margem de lucro, quando aplicável, com base nos custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

(d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros dos ativos sejam consumidos, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

A controlada CRB reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de tráfego, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A administração da CRB reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

(e) Provisões para contingências e depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas estimam e atualizam as provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos, com base no histórico de desfechos em seus processos e em taxa média de êxito calculada em conjunto e com amparo da opinião de seus consultores legais externos.

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis e tributários. Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

(a) Considerações gerais

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco cambial, risco de crédito e exposição a risco de taxa de juros. O programa de gestão de risco do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e suas controladas.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia e suas controladas, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia e suas controladas identifica, avalia e protege a contra eventuais riscos financeiros em cooperação com suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial e risco de taxa de juros.

(b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de liquidez em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia e suas controladas adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição de seus ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia e suas controladas, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de assegurar a liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

(d) Risco cambial

Na controlada Emraport, o risco de taxa de câmbio decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio no valor das mercadorias de importação e exportação armazenadas, trazendo variações ao fluxo de recebimento da controlada, bem como na exposição advinda do financiamento contratado com o BID, além de outros ativos e passivos em moeda estrangeira. A Emraport utiliza operações de derivativos para gerenciar esta exposição.

(e) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia e suas controladas à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, onde ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia e suas controladas mantêm contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela administração como de primeira linha.

Segundo avaliação da administração da controlada indireta SuperVia, o risco de crédito é substancialmente derivado da possibilidade do Governo do Estado do Rio de Janeiro não honrar seus compromissos. A investida monitora esses recebíveis frequentemente. Com relação aos demais recebíveis, a Administração considera baixo o risco de não liquidação.

(f) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita à variação da taxa da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e do Certificado de Depósito Bancário ("CDI").

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O empréstimo que a controlada Embraport mantém junto ao BID possui risco vinculado à variação das taxas de juros flutuantes internacionais (*Libor*). Portanto o valor da dívida pode variar adversamente em caso de aumento da taxa *Libor*. A Embraport utiliza operações de derivativos para gerenciar esta exposição.

Uma controlada da RTC utiliza operações de *swap* para gerenciar a exposição ao CDI.

4.2 Gestão de capital - Consolidado

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para alcance desses objetivos, a Companhia exerce uma gestão financeira e de capital centralizada.

A Companhia e suas controladas monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida, dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos e debêntures (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
		(Reapresentado)
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 12)	5.392.276	3.946.482
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(854.479)	(1.143.561)
Aplicações financeiras (Nota 7)	<u>(1.600.642)</u>	<u>(7.494)</u>
Dívida líquida	<u>2.937.155</u>	<u>2.795.427</u>
Total do patrimônio líquido	<u>3.864.083</u>	<u>2.637.758</u>
Total do capital	<u>6.801.238</u>	<u>5.433.185</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>43</u>	<u>51</u>

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Instrumentos financeiros por categoria

Abaixo, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros consolidados por categoria:

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis	
	2013	2012 (Reapresentado)	2013	2012 (Reapresentado)
Ativos, conforme balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)			854.479	1.143.561
Aplicação financeira (Nota 7)	1.600.642	7.494		
Contas a receber de clientes e demais contas a receber			209.295	102.480
	<u>1.600.642</u>	<u>7.494</u>	<u>1.063.774</u>	<u>1.246.041</u>
Outros passivos financeiros				
			2013	2012 (Reapresentado)
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)			3.062.992	1.993.789
Debêntures (Nota 12)			2.329.284	1.952.693
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais			320.766	211.841
			<u>5.713.042</u>	<u>4.158.323</u>

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 (Reapresentado)
Caixa e bancos	536	148.154	107.238	160.077
Numerário em trânsito			2.408	21.705
Aplicações financeiras (*)	566.390		744.326	961.265
Fundo fixo e de troca			507	514
	<u>566.926</u>	<u>148.154</u>	<u>854.479</u>	<u>1.143.561</u>

(*) A Companhia e a controlada OTPP mantém aplicações de curto prazo de alta liquidez prontamente conversíveis em caixa, remuneradas de 90% a 100% do CDI e aplicações em fundos de investimento remuneradas de 90% a 102% do CDI.

A controlada Embraport possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se a: Certificados de depósitos bancários (CDB) e Operações Compromissadas, foram remunerados durante o ano de 2013 a uma taxa equivalente a 101,31% do CDI.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As aplicações financeiras da controlada CRB referem-se a CDB compromissados e fundos de investimentos, remunerados a taxas que variam entre 100,3% e 102,8% do CDI. Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média e possuem liquidez imediata garantida pelo emissor.

A controlada OTIMA mantém aplicação de curto prazo junto aos Bancos Caixa Econômica Federal e Bradesco, de alta liquidez, remunerada de 100,8% a 101,4% do CDI.

7 Aplicação financeira – Consolidado

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
		(Reapresentado)
Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) (a)	7.599	7.494
BTG Pactual (b)	212.304	
Operações compromissadas, títulos e valores mobiliários (c)	1.362.657	
Conta reserva	18.082	
	<u>1.600.642</u>	<u>7.494</u>
(-) Ativo circulante	<u>(1.590.046)</u>	
Ativo não circulante	<u>10.596</u>	<u>7.494</u>

- (a) A controlada CRC mantém junto ao BNB, um “fundo de liquidez” representado por uma aplicação financeira no montante de R\$ 7.599 (R\$ 7.494 em 31 de dezembro de 2012), remuneradas a 98% do CDI, que corresponde à seis prestações de amortização do financiamento descrito na Nota 12. Essa aplicação foi efetuada como parte da garantia de cumprimento integral de todas as obrigações do referido financiamento. Ao final do contrato de financiamento este valor atualizado será restituído pela Companhia.
- (b) A controlada CRB mantém aplicação financeira junto ao BTG Pactual, remunerada a 102,7% do CDI, cujos recursos deverão ser utilizados exclusivamente para ampliações e melhoramentos no sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I.
- (c) As operações compromissadas referem-se à compra de títulos como compromisso de revenda em data futura com rentabilidade ou parâmetro de remuneração estabelecido na data de contratação, ou seja, são aplicações financeiras, com lastro em títulos públicos federais, sendo realizadas sempre com instituições financeiras do mercado.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Contas a receber – Consolidado

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
		(Reapresentado)
Contas a receber do Estado do Rio de Janeiro/ Flumitrens (a)	59.824	25.806
Prestação de serviços portuários (b)	52.256	
Meios de pagamentos eletrônicos (c)	35.217	34.123
Gratuidade - Decreto Estadual nº 36.993 (d)	7.653	4.365
Companhia Brasileira de Meios de Pagamento	862	1.308
Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	135	
CGPE - Comitê Gestor de Programa Estadual de Parceria Público-Privadas	4.137	8.414
Crédito de liquidações duvidosas	(507)	(231)
Outros (e)	<u>22.009</u>	<u>9.361</u>
	181.586	83.146
(-) Ativo circulante	<u>(142.582)</u>	<u>(54.496)</u>
Ativo não circulante	<u>39.004</u>	<u>28.650</u>

- (a) Valores pagos pela SuperVia decorrentes de processos trabalhistas e cíveis que estão sendo reembolsados pelo Estado do Rio de Janeiro, conforme previsto no 6º aditivo ao contrato de concessão, além de valores a receber pela prestação de serviço de operação no sistema Teleférico.
- (b) Valores a receber de clientes referente as operações de movimentações de containers da controlada Embraport.
- (c) Recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágios da CGMP, Passe Expresso e DBTrans.
- (d) Reembolso a receber, pela SuperVia, do Poder Concedente de R\$ 1 (um real) por estudante pela gratuidade concedida.
- (e) Valores a receber decorrentes de direito de passagem pela malha ferroviária e aluguel de imobiliário da SuperVia, e aluguel de espaço publicitário da SuperVia e OTIMA.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Investimentos – Controladora

(i) Investimentos em controladas e coligadas

	Quantidade de ações possuídas		Participação direta (%)		Patrimônio líquido ajustado em 31 de dezembro de 2013		Lucro líquido (prejuízo) ajustado do exercício	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Odebrecht TransPort Participações S.A.	146.450.988	226.855.531	100,00	100,00	973	612.472	(151.925)	(50.880)
Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.	19.385.740	19.385.740	74,13	74,13	31.472	27.136	5.056	650
Concessionária Rota das Bandeiras S.A.	556.799.050	556.799.050	100,00	100,00	756.104	696.712	59.392	3.911
Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A.	47.138.144	42.809.825	63,67	57,82	672.525	766.688	(97.352)	5.015
Hostens Holding S.A. (*)		103.143.795		47,65		58.407	(33.431)	116
Liquiport Vila Velha S.A. (**)	1.999.500		80,00		73.245		(44)	
Odtrans Holdings GmbH (**)	35.000		100,00		4.513		(7.791)	
Concessionária Bahia Norte S.A. (**)	57.500.000		50,00		87.514		(1.740)	
Conectcar Soluções de Mobilidades Eletrônica S.A. (**)	25.000.000		50,00		31.438		(14.796)	
Logum Logística S.A. (**)	86.111.288		20,00		282.763		(9.171)	
Concessionária do VLT Carioca S.A. (****)	15.253.863		24,44		18.712		(8.350)	
OTIMA Concessionaria De Exploracao De Mobiliario Urbano S.A. (**)	17.746.000		58,70		(26.579)		(11.053)	
Concessionária Rota do Atlantico S.A. (**)	43.378.000		50,00		67.760		7.675	
Odebrecht Comercializadora de Energia S.A. (***)	2.000		20,00		344		57	
Concessionária ViaRio S.A. (**)	22.587.741		33,33		59.412		(6.082)	
Concessionária Rota do Oeste S.A. (****)	1.000		100,00		1			
Move São Paulo S.A. (****)	101.972.000		19,61		52.000			
Odebrecht Transport Aeroportos S.A. (****)	327.543		100,00		327			

(*) Empresas incorporada pela Embraport (Nota 1)

(**) Empresas havidas por sucessão (Nota 1)

(***) Empresa adquirida em 3 de julho de 2013 (Nota 1)

(****) Empresas constituídas no exercício de 2013 (Nota 1)

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Movimentação dos investimentos

Investimento	Saldo no início do exercício	Adições (Nota 19 (a))	Movimentações societárias (*)	Movimentação de reservas (**)	Equivalência patrimonial	Movimentação AAP (Nota 19 (b))	Dividendo mínimo obrigatório	Saldo no final do exercício
Odebrecht TransPort Participações S.A.	378.272		(231.614)		(151.925)	6.240		973
Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A.	435.918		41.477		(50.882)	1.661		428.174
Hostens Holding S.A.	47.097		(49.942)		(8.465)	11.310		
Concessionária Rota das Bandeiras S.A.	696.712				59.392			756.104
Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.	20.111				3.752		(533)	23.330
Concessionária do VLT Carioca S.A.		6.657			(1.991)			4.666
Odebrecht Comercializadora de Energia S.A.		57			(21)	33		69
Liquiport Vila Velha S.A.			58.632		(35)			58.597
Conectar Soluções de Mobilidades Eletrônica S.A.		12.366			10.751			15.719
Logum Logística S.A.		26.600			(13.632)			56.553
Concessionária Bahia Norte S.A.			44.294		(537)			43.757
Odtrans Holdings GmbH		6.723			(7.791)	1.014		4.512
Odebrecht Transport Aeroportos S.A.		327						327
Concessionária ViaRio S.A.			20.105		(302)			19.803
Concessionária Litoral Norte S.A.			2.668					2.668
Move São Paulo S.A.		10.197						10.197
Concessionária Rota do Oeste S.A.		1						1
Concessionária Rota do Atlântico S.A.			30.042		3.837			33.879
Subtotal	1.578.110	62.928	(25.436)		(175.998)	20.258	(533)	1.459.329
Provisão para perda de investimento								
OTIMA Concessionaria De Exploracao De Mobiliario Urbano S.A.		2.055	572		(18.229)			(15.602)
31 de dezembro de 2013	1.578.110	64.983	(24.864)		(194.227)	20.258	(533)	1.443.727
31 de dezembro de 2012	1.681.616	57.486	(689.476)	272.575	268.967	(13.058)		1.578.110

(*) Reestruturações ocorridas no exercício de 2013 (Nota 1).

(*) Reestruturações ocorridas no exercício de 2012 (Nota 1).

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Informações sobre investimentos

OTPP – Sociedade constituída em 12 de maio de 2008, tendo como objeto social (i) participar em consórcios, operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo ferrovias, rodovias, hidrovias, dutos, portos, aeroportos e/ou infraestrutura urbana (ii) operar quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviço público, projetos de parceria público privados, concessões ou parcerias (iii) participar de consórcios ou de sociedades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas nos itens (i) e (ii) acima.

A Controlada OTPP passou por um processo de reestruturação societária motivado por razões negociais e econômicas na dimensão do grupo empresarial do qual faz parte, com atos societários realizados em 30 de junho, 30 de novembro de 2013, e 28 de dezembro de 2013 (Nota 1).

A Embraport tem como objeto social o desenvolvimento do projeto, a construção e a exploração de terminais portuários e/ ou retro-portuários no Município de Santos e na sua área de influência. O início das operações da controlada ocorreu em 1 de julho de 2013. Após incorporação reversa da Hostens pela Embraport, ocorrida em 17 de setembro de 2013, o percentual de participação da Companhia na Embraport passou a ser 63,67%.

Hostens Holdings S.A. (“Hostens”) – Constituída em 20 de fevereiro de 2009, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto social a participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, quotista ou acionista, e a administração de bens próprios.

Em 30 de abril de 2013, foi aprovada a redução do capital social da Hostens em R\$ 2.100, passando de R\$ 222.752 para R\$ 220.652 por ser excessivo em relação ao seu objeto social. A Companhia recebeu o valor de R\$ 1.001, de acordo com a proporcionalidade de suas ações.

A Hostens foi extinta em 17 de setembro de 2013 com a sua incorporação pela Embraport.

Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“CRB”) – Constituída em 9 de fevereiro de 2009, tem por objeto exclusivo realizar, sob o regime de concessão mediante cobrança de pedágio, a exploração do Sistema Rodoviário definido por corredor Dom Pedro I, constituído pelas rodovias SP-065, SPI-084/066, SP-332, SP-360, SP-083, SPA -114/332, prolongamento da SP-083 – Anel Sul de Campinas e Via Perimetral de Itatiba e outros segmentos de rodovias transversais, na forma do Edital da Concorrência e do Contrato de Concessão pelo prazo de 35 anos.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. (“CRC”) – Sociedade de Propósito Específico (“SPE”), constituída em 15 de dezembro de 2006, tendo como objetivo explorar, mediante concessão patrocinada, precedida de obras, o sistema viário composto pela praça de pedágio localizada no Município de Jaboaão dos Guararapes e do Cabo de Santo Agostinho, pela via principal do Destino de Turismo e Lazer Praia do Paiva, assim como a prestação do serviço público de operação e atividades de apoio necessário ao funcionamento da referida ponte e sistema. As obras de execução da concessão tiveram início em janeiro de 2008 e foram concluídas em 11 de junho de 2010, com início imediato das operações, pelo prazo de 30 anos.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- . Em 7 de maio de 2013 foi constituída a VLT Carioca, tendo por objeto a execução dos serviços, fornecimentos e obras de implantação, operação e manutenção do sistema de transporte coletivo de passageiros, por meio de Veículos Leves sobre Trilhos – VLT. No exercício de 2013 a Companhia realizou aportes de capital no montante de R\$ 6.657.
 - . Em 10 de fevereiro de 2012, a controlada OTPP adquiriu 80% de participação da Nascon pelo montante de R\$ 62.640. A Nascon teve sua denominação social alterada LiquiPort em 23 de maio de 2012. A LiquiPort tem por objeto social a operação de terminais, compreendendo as atividades de operações de terminais marítimos e terrestres, de uso público ou privado, armazenamento no parque portuário de mercadorias provenientes ou destinadas à embarcações e operação e gestão de equipamentos destinados à carga e descarga. A controlada OTPP aportou até 31 de dezembro de 2012 o montante de R\$ 56.623. Após reestruturação ocorrida em 30 de junho de 2013, a LiquiPort passou a ser controlada direta da Companhia (Nota 1).
 - . Em 20 de agosto de 2012, a controlada OTPP subscreveu 25.000.000 de ações do capital social da Z.X.T, cuja razão social passou a ser Conectcar. A Conectcar tem por objetivo social (i) Atividade de gestão e prestação de serviços de intermediação de pagamento automático de pedágios e estacionamento (ii) venda, revenda, aluguel e manutenção de sistemas de automação insumos e equipamentos nacionais e importados; e (iii) participar de sociedades que explorem direta ou indiretamente as atividades no item (i) e (ii) acima. Após reestruturação ocorrida em 30 de junho de 2013, a Conectcar passou a ser controlada direta da Companhia (Nota 1).
- Até 31 de dezembro de 2013, a Companhia integralizou o montante de R\$ 12.366 na Conectcar, referente à proporção de sua participação na investida.
- . A Logum tem por objetivo social a implementação de um ou mais sistemas de transporte de etanol, derivados de petróleo e outros bicomcombustíveis no território brasileiro por prazo indeterminado. Após reestruturação ocorrida em 30 de junho de 2013, a Logum passou a ser controlada direta da Companhia (Nota 1).
- Em 12 de setembro de 2013, a Companhia subscreveu e integralizou 31.611.383 ações no montante de R\$ 16.000, referente a sua participação de 20% do capital social da Logum.
- . CBN - é uma Sociedade de Propósito Específico ("SPE") de capital fechado, constituída em 29 de junho de 2010, que tem como objeto social, específica e exclusivamente, a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA093, BA512, BA521, BA524, BA526 e BA535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas ("Sistema Rodoviário"), tudo em conformidade com as condições do contrato de concessão firmado entre o Estado da Bahia, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia ("DERBA"), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia ("AGERBA", em conjunto com o Estado da Bahia e DERBA, o "Poder Concedente"), pelo prazo de 25 anos. Após reestruturação ocorrida em 30 de junho de 2013, a CBN passou a ser controlada direta da Companhia (Nota 1).
 - . Odtrans – Constituída em 29 de setembro de 2010. Sociedade domiciliada na Áustria, com propósito de participar em investimentos no segmento de infraestrutura no Brasil e no exterior.
- Em 24 de abril de 2013, a controlada OTPP realizou um aporte de capital na investida OdTrans, no montante de R\$ 5.077. Após reestruturação ocorrida em 30 de junho de 2013, a OdTrans passou a ser controlada direta da Companhia (Nota 1).

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 3 de julho de 2013, a Companhia realizou aporte de capital, no montante de R\$ 6.723.

A Rota do Atlântico (“CRA”) constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE – “Express Way”, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com o Poder Concedente - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros “SUAPE” (Governo do Estado de Pernambuco) pelo prazo de 35 anos. Após redução da controlada OTPP ocorrida em 28 de dezembro de 2013, a CRA passou a ser controlada direta da Companhia (Nota 1).

Em 20 de setembro de 2013 a Companhia constituiu uma sociedade anônima fechada sob a denominação de Odebrecht Transport Aeroportos S.A. (“OTPA”) cujo objeto social é a participação em outras sociedades, comerciais, civis, ou consórcio, seja como sócia, acionista, quotista ou consorciada, bem como outras atividades autorizadas, necessárias ou úteis à execução de seu objeto social. A Companhia possui 100% de participação no capital social da OTPA.

Em 29 de novembro de 2013, a Companhia realizou aporte de capital na OTPA no montante de R\$ 328.

A ViaRio é uma sociedade por ações domiciliada no Rio de Janeiro, que iniciou suas operações em 26 de abril de 2012 de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro pelo prazo de 35 anos. A Companhia tem como objetivo a concessão para implantação e exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção monitoração e realização de melhorias de Ligação Transolímpica. Após reestruturação ocorrida em 30 de novembro de 2013, a ViaRio passou a ser controlada direta da Companhia (Nota 1).

Em 25 de novembro de 2013, a Companhia constituiu a sociedade por ações Move SP, que tem como objeto social específica e exclusivamente a prestação dos serviços públicos de transporte de passageiros da Linha 6 – Laranja de metrô da cidade de São Paulo, incluindo a implantação das obras civis e sistemas, fornecimento do material rodante, operação, conservação, manutenção, exploração e expansão da Linha 6 – Laranja, nos termos e condições do contrato de concessão firmado com o Estado de São Paulo, por intermédio da sua Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos (“STM”) -Poder Concedente, pelo prazo de 25 anos. Nesta mesma data foi integralizado o montante de R\$ 10.197 pela Companhia.

Em 27 de dezembro de 2013, a Companhia constituiu a sociedade por ações CRO, que tem como objeto social específica e exclusivamente a recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação da capacidade do sistema rodoviário composto por trechos rodoviários da BR-163/MT, incluindo também a exploração de eventuais receitas complementares, acessórias ou alternativas à tarifa de pedágio, decorrentes da exploração do sistema rodoviário e de projetos associados, além de quaisquer outros elementos que se encontre em sua faixa de domínio, em conformidade com os termos do Edital de Concessão nº 003/2013 publicado pela ANTT. O valor integralizado pela Companhia para constituição da CRO foi de R\$ 1.

Em 03 de julho de 2013, a Companhia adquiriu 2.000 ações da Odebrecht Comercializadora de Energia S.A. (“OCE”), as quais se encontram totalmente integralizadas, pelo montante de R\$ 2, representando 20% (vinte por cento) do capital social da empresa adquirida. A OCE tem como objeto social: (i) comprar e vender de energia elétrica nas diferentes formas e modalidades e desenvolver todas as atividades; e (ii) prestar todos os serviços associados ou necessárias às atividades de comercialização de energia elétrica, em todas as formas e modalidades, no âmbito do setor elétrico brasileiro e/ou de outros países.

Em 15 de outubro de 2013, a Companhia realizou aporte de R\$ 55 na OCE.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 19 de outubro de 2012, a controlada OTPP constituiu a OTIMA, tendo por objeto social a prestação de serviços de utilidade pública, que inclui limpeza, manutenção e conservação de abrigos, criação, confecção, instalação e manutenção de novos mobiliários urbanos, realização de obras de infraestrutura necessárias à instalação dos novos mobiliários urbanos e exploração publicitária.

Após redução da controlada OTPP ocorrida em 28 de dezembro de 2013, a OTIMA passou a ser controlada direta da Companhia (Nota 1). A Companhia integralizou o montante de R\$ 2.055 na OTIMA.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Imobilizado – Consolidado

(i) Composição

	Terrenos	Obras/ projetos em andamento (*)	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos e embarcações	Outros	Total
Custo	12.539	481.830	392	2.047	616	203	57.702	555.329
Depreciação acumulada			(81)	(567)	(103)	(42)		(793)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	12.539	481.830	311	1.480	513	161	57.702	554.536
Aquisições	18.616	730.500	3.883	18.620	34		22.099	793.752
Movimentação Societária (Nota 1)		(27)		(135)	135			(27)
Depreciação			(364)	(318)	(28)	(50)	(12)	(772)
Saldo contábil	31.155	1.212.303	3.830	19.647	654	111	79.789	1.347.489
Custo	31.155	1.212.303	4.275	20.532	785	203	79.801	1.349.054
Depreciação acumulada			(445)	(885)	(131)	(92)	(12)	(1.565)
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)	31.155	1.212.303	3.830	19.647	654	111	79.789	1.347.489
Aquisições	1.277	293.023	103.383	21.967	2.689	1.011	4.861	428.211
Baixas, líquidas de depreciação/exaustão				(381)	(44)			(425)
Transferências		(1.403.111)		1.482.888			(79.777)	
Depreciação			(2.297)	(46.719)	(284)	(101)	(194)	(49.595)
Saldo contábil	32.432	102.215	104.916	1.477.402	3.015	1.021	4.679	1.725.680
Custo	32.432	102.215	107.658	1.525.006	3.430	1.214	4.885	1.776.840
Depreciação acumulada			(2.742)	(47.604)	(415)	(193)	(206)	(51.160)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	32.432	102.215	104.916	1.477.402	3.015	1.021	4.679	1.725.680
Taxas anuais de depreciação (%)			2 a 10	1,3 a 20	10	10 a 25	até 20	

(*) Em 31 de dezembro de 2012, as obras em andamento referiam-se substancialmente à controlada Embraport, e consistiam nos custos incorridos durante a execução das obras civis preliminares e demais custos para construção do terminal portuário, na margem continental do porto de Santos. Com o início de atividades da Embraport, o referido saldo foi transferido para máquinas, equipamentos, instalações, e passou a ser depreciado.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Intangível – Consolidado

(i) Composição

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
		(Reapresentado)
Infraestrutura (a)	2.803.867	2.110.336
Direito de Outorga da concessão (b)	1.243.495	1.266.655
Ágio sobre investimentos (c)	925.397	934.732
Outros	59.329	26.854
	<u>5.032.088</u>	<u>4.338.577</u>

(a) Infraestrutura

Após a adoção do ICPC 01, todo custo do investimento em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão passou a ser tratado como ativo intangível. O cálculo da parcela mensal, sobre a vida útil dos bens, considerando os benefícios econômicos gerados, é reconhecido no resultado como amortização.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>			
Custo	Amortização acumulada	Líquido	Taxas anuais de amortização		
		(Reapresentado)			
Edifícios e instalações	314.491	(22.280)	292.211	306.570	2% - 4%
Pavimentações e conservação especial	367.998	(22.066)	345.932	278.670	12,5%
Hardware equipamentos de pedágio	64.109	(7.319)	56.790	54.621	20%
Demais melhorias e aplicações	215.028	(3.398)	211.630	42.932	4%
Desapropriações	103.058	(1.018)	102.040	27.820	3,33%
Equipamentos de informática	3.559	(865)	2.694	3.250	20%
Ferramentas e aparelhos acessórios	108	(55)	53	67	20%
Ponte	29.516	(1.748)	27.768	28.043	3,33%
Rodovias	40.120	(2.570)	37.550	38.130	5%
Praça de pedágio	10.385	(599)	9.786	9.942	5%
Material rodante	215.278	(128.383)	86.895	105.328	8%
Máquinas e equipamentos	317.979	(190.483)	127.496	129.039	10%
Móveis e utensílios	7.794	(3.188)	4.606	4.558	10%
Obras em andamento	752.466		752.466	341.209	
Veículos	3.576	(750)	2.826	3.175	20%
Meio ambiente e equipamentos de Segurança	27.067	(1.154)	25.913	19.771	
Direito de acesso à infraestrutura (*)	727.304	(10.093)	717.211	717.211	
	<u>3.199.836</u>	<u>(395.969)</u>	<u>2.803.867</u>	<u>2.110.336</u>	

(*) Decorrente da aplicação do CPC 15, na aquisição da RTC.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Direito de outorga da concessão

O saldo em 31 de dezembro de 2013, está composto pelas seguintes outorgas:

- (i) A controlada CRB possui ativo intangível no valor de R\$ 1.197.618 (31 de dezembro de 2012, R\$ 1.219.026), relacionado com o direito de outorga da concessão para exploração do sistema rodoviário, sendo amortizado pela curva de tráfego limitado ao tempo do contrato; e
- (ii) A controlada indireta SuperVia possui ativo intangível, no valor de R\$ 12.277 (31 de dezembro, de 2012 R\$ 12.629), relacionado com o direito de outorga da concessão para exploração do sistema ferroviário, sendo amortizado pelo método linear de acordo com o prazo da concessão até 2048.
- (iii) A controlada OTIMA possui ativo intangível, no valor de R\$ 33.600 (31 de dezembro de 2012, R\$ 35.000), referente ao valor ofertado em processo licitatório.

(c) Ágio sobre investimentos

O saldo, em 31 de dezembro de 2013, está composto pelos seguintes ágios:

- (i) Ágio registrado sobre o valor dos investimentos na Embraport R\$ 61.285 (31 de dezembro de 2012, R\$ 53.820).
- (ii) Ágio registrado decorrente da combinação de negócios na aquisição do controle da Embraport no valor de R\$ 849.982.
- (iii) Ágio registrado no montante de R\$ 9.268 referente ao investimento na RTC.
- (iv) Ágio registrado sobre o valor do investimento na LiquiPort no montante de R\$ 4.034 (31 de dezembro de 2012, R\$ 20.834).
- (v) Ágio registrado sobre o valor do investimento na Logum no valor de R\$ 828.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Movimentação

	<u>Ágio sobre investimentos</u>	<u>Marcas e patentes</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Direito de outorga</u>	<u>Software, direitos de uso e outros</u>	<u>Total</u>
Custo	1.060.077	719	1.983.889	1.363.103	31.373	4.439.161
Amortização acumulada		(376)	(243.528)	(110.563)	(5.023)	(359.490)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.060.077	343	1.740.361	1.252.540	26.350	4.079.671
Aquisições	20.834		435.676	35.000	1.002	492.512
Movimentação societária (Nota 1)	(146.179)					(146.179)
Baixas, líquidas de amortização			(57)			(57)
Transferências			(686)		550	(136)
Amortização		(30)	(64.958)	(20.885)	(1.361)	(87.234)
Saldo contábil	934.732	313	2.110.336	1.266.655	26.541	4.338.577
Custo	934.732	719	2.418.822	1.398.103	32.925	4.785.301
Amortização acumulada		(406)	(308.486)	(131.448)	(6.384)	(446.724)
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)	934.732	313	2.110.336	1.266.655	26.541	4.338.577
Aquisições / adições	7.465	153	784.324		37.113	829.055
Valor justo	(16.800)		(581)			(17.381)
Baixas, líquidas de amortização			(2.641)			(2.641)
Amortização		(30)	(87.571)	(23.160)	(4.761)	(115.522)
Saldo contábil	925.397	436	2.803.867	1.243.495	58.893	5.032.088
Custo	925.397	872	3.199.924	1.398.103	70.038	5.594.334
Amortização acumulada		(436)	(396.057)	(154.608)	(11.145)	(562.246)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	925.397	436	2.803.867	1.243.495	58.893	5.032.088

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Empréstimos, financiamentos e debêntures – Consolidado

	Encargos financeiros anuais	2013	2012
Empréstimo BNDES (a) (i)	TJLP + 2,32%	341.986	328.385
Empréstimo BNDES (a) (i)	IPCA + 8,66 a 9,60%	63.180	54.686
Empréstimo BNDES (a) (ii)	TJLP + 2,63%	496.446	260.486
Empréstimo BNDES (a) (iii)	TJLP + 3,40%	706.627	532.910
Banco do Brasil (b)	118% do CDI	249.611	247.314
Caixa Econômica Federal (c)	Juros 2,5% + CDI	150.109	
Banco Itaú (d)	CDI + 1,57% a 2,23%	143.059	12.016
Banco do Nordeste	Juros de 9,5%	59.257	63.062
Banco Brasil	120% do CDI	50.044	
Banco Santander	CDI + 2,25%	25.500	
Banco Bradesco	CDI + 2,3%	20.084	
Banco ABC Brasil	CDI + 3,9%	19.807	17.275
Banco Itaú	CDI + 2,4%	15.285	6.079
Banco Brasil - FINAME	4,5% a 7,7%	1.026	1.259
Leasing	IGPM	1.470	1.078
Banco Interamericano de Desenvolvimento - (A Loan)	Libor + 3,375%	179.254	114.712
Banco Interamericano de Desenvolvimento - (B Loan)	Libor + 3%	591.255	378.311
(-) Custo de captação (f)		(51.008)	(23.784)
		<u>3.062.992</u>	<u>1.993.789</u>
Debêntures (e) (i)	IPCA + 9,57%	1.421.131	1.352.103
Debêntures (e) (ii)	DI + 2,28% e CDI + 2,28%	500.233	494.565
Debêntures (e) (iii)	CDI + 1,5%	166.309	151.683
Debêntures (e) (iv)	IPCA + 6,7%	304.931	
(-) Custo de captação (f)		(63.320)	(45.658)
		<u>2.329.284</u>	<u>1.952.693</u>
(-) Passivo circulante		<u>(710.378)</u>	<u>(397.526)</u>
Passivo não circulante		<u>4.681.898</u>	<u>3.548.956</u>

(a) BNDES

- (i) Em 14 de julho de 2010, a controlada CRB contratou linha de crédito de longo prazo junto ao BNDES no montante de até R\$ 921.503. Desse montante, uma linha de crédito de até R\$ 737.189 está sujeito à remuneração de TJLP + 2,32% a.a, e outra linha de até R\$ 184.314 está sujeito à remuneração de IPCA + Taxa de Referência + 2,32% ao ano. A investida CRB assumiu compromissos previstos nos contratos de empréstimos e vem cumprindo adequadamente.
- (ii) Empréstimo ponte da SuperVia junto ao BNDES, exclusivo para financiamento de parte do plano de investimento acordo no Oitavo Aditivo ao Contrato de Concessão. O primeiro desembolso ocorreu no dia 28 de maio de 2012 no montante de R\$ 248.477 através de empréstimo ponte, no dia 17 de outubro de 2013 foi desembolsado o montante de R\$ 490.000 quando foi amortizado o valor relativo ao empréstimo ponte (R\$ 248.477) e saldo de juros apropriados até esta data (R\$ 26.950). A garantia deste empréstimo foi através de fianças bancárias emitidas pelos agentes financeiros Banco Santander S.A e Banco Bradesco S.A.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Em 26 de setembro de 2011, a controlada Embraport assinou com a Caixa Econômica Federal contrato de abertura de crédito para financiamento mediante repasse contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor de R\$ 633.435 com carência de 40 meses e prazo de amortização de 140 meses a partir do final da carência.

(b) Banco do Brasil

Em 31 de dezembro de 2012, o montante de R\$ 247.314 refere-se ao saldo atualizado do empréstimo contratado pela controlada OTPP junto ao Banco do Brasil em 25 de agosto de 2009, pelo valor original de R\$ 239.741, taxa de juros de 118% do CDI, e sem garantias específicas no contrato.

Em 12 de agosto de 2011, foi assinado aditivo contratual com a prorrogação do vencimento para 12 de agosto de 2018. O pagamento do valor principal será realizado em 5 parcelas anuais iguais no montante de R\$ 47.948 a partir de 12 de agosto de 2014, e os juros estão sendo liquidados semestralmente a partir de fevereiro de 2012.

Em 30 de junho de 2013, o montante de R\$ 247.209, referente ao empréstimo citado acima, foi incorporado pela Companhia após cisão parcial ocorrida na controlada OTPP (Nota 1).

(c) Caixa Econômica Federal

Em outubro de 2013, a Otima captou junto ao Banco Caixa Econômica Federal empréstimo de longo prazo no montante de R\$ 150.000 remunerado pela taxa de CDI mais 2,5 a.a.%.

(d) Banco Itaú

Ao longo de 2013, a SuperVia contratou junto ao Banco Itaú BBA S.A. cédulas de crédito bancário de curto prazo no montante de R\$ 130.000, remunerados pela taxa CDI mais 1,57% a 2,33%.

(e) BID

Em 18 de novembro de 2011, foi firmado financiamento de longo prazo entre a Embraport e o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de até US\$ 430.000 mil. Até 31 de dezembro de 2013, foi liberado o montante de R\$ 625.365, com pagamentos mensais de principal, atualização e juros desde 15 de maio de 2012 até o final do contrato. O recurso proveniente dessa linha de crédito está sendo utilizado na fase um do projeto que abrange a construção de 650 metros de cais e um píer, de 207 mil m2 de retro área para armazenagem de cargas em geral e a compra de equipamentos para movimentação de cargas no terminal. A Embraport assumiu compromissos previstos no contrato de financiamento e vem cumprindo adequadamente.

(f) Debêntures

- (i) A controlada CRB realizou, em 15 de junho de 2010, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 1.100.000, cuja liquidação financeira ocorreu em 30 de julho de 2010. Foram emitidas 110.000 debêntures, sendo que 55.000 de Primeira Série, com vencimento até janeiro de 2022, e 55.000 de Segunda Série, com vencimento até julho de 2022. As debêntures serão atualizadas a partir da data de emissão, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) acrescido da taxa percentual equivalente a 9,57% ao ano.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 10 de julho de 2012, foi aprovado pelos debenturistas o 3º aditivo da escritura de debêntures, prolongando o prazo de vencimento para mais 24 meses, passando os vencimentos finais para 15 de janeiro de 2024, para as debêntures de primeira série, e 15 de julho de 2024, para as debêntures de segunda série. Também foram alterados os prazos para pagamento da primeira parcela do valor nominal unitário das debêntures.

No dia 16 de julho de 2012, a CRB pagou aos debenturistas de ambas as séries um total de R\$ 13.190 referente ao prêmio de 1% do saldo devedor das Debêntures em contrapartida à concordância com as alterações contratuais.

A CRB assumiu compromissos previstos no contrato de debêntures e vem cumprindo adequadamente.

- (ii) A controlada OTPP realizou em 27 de dezembro de 2010 a primeira emissão de 39 (trinta e nove) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 10.000 na data de emissão, no montante total de R\$ 390.000, cuja liquidação financeira ocorreu em 28 de dezembro de 2010.

As debêntures terão prazo de vencimento de 10 anos, a contar a data de emissão, vencendo em 27 de dezembro de 2020. A remuneração se dará com base na variação acumulada das taxas médias diárias do D.I. (depósitos interfinanceiros), acrescida de um spread de 2,28% ao ano.

Em 27 de junho de 2013, a controlada OTPP realizou uma amortização extraordinária do Valor Nominal de Debêntures no valor de R\$ 17.000 e incorporou a parcela de juros devidos nesta data ao Valor Nominal de Debêntures.

Adicionalmente, o vencimento das debêntures foi alterado para a amortização em três parcelas anuais, sucessivas e iguais, devidas em 27 de dezembro de 2018, 2019, e 2020.

A OTPP assumiu compromissos previstos no contrato de debêntures e vem cumprindo adequadamente.

- (iii) Emissão de debêntures simples não conversíveis em ações e mantidas até o vencimento, emitidas pela controlada indireta RTC, para liquidação de empréstimos de capital de giro no valor de R\$ 150.000, com pagamento em parcela única vencendo em maio de 2014. Os agentes financeiros emitentes foram o Banco Votorantim S.A. e o Banco do Brasil S.A. As debêntures são de espécie quirografária, sem a outorga de quaisquer garantias.
- (iv) A Companhia realizou, em 19 de setembro de 2013, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 300.000, com vencimento em 10 de outubro de 2025. Os recursos líquidos obtidos pela emissão de debêntures foram repassados à controlada CRB via contrato de mútuo, e serão exclusivamente utilizados pela controlada para ampliações, melhoramentos ou reembolso de despesas já incorridas no sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I.

A remuneração dos debenturistas será paga em 12 parcelas anuais e consecutivas. O valor nominal das debêntures, devidamente atualizado será amortizado em uma única parcela na data de vencimento das debêntures.

(g) Custo de transação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Garantias

As debêntures e os financiamentos de longo prazo do BNDES foram concedidos sob a modalidade de *project finance* ou financiamento com garantias de projeto, através de garantia compartilhada entre os titulares das debêntures e o BNDES onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da CRB.

A Companhia concedeu aval de fiança bancária para a controlada CRB em substituição da conta reserva de O & M, a qual deverá conter o montante equivalente ao custo operacional por um período de três meses, a ser estimado, com base no montante que foi gasto pela CRB nos três meses anteriores. Em 31 de dezembro de 2013, o valor da fiança é de R\$ 153.000 ao custo de 0,95% a.a.

As debêntures emitidas pela Companhia serão garantidas por cessão fiduciária, preestabelecidas no contrato, conforme segue:

- dos direitos creditórios, principais e acessórios, existentes e futuros detidos pela Companhia decorrentes do contrato de mútuo;
- dos direitos creditórios emergentes dos valores mantidos, depositados e que venham a ser depositados na conta corrente vinculada mantida junto ao Itaú.

Todos os pagamentos e valores devidos pela CRB à Companhia no âmbito do contrato de mútuo serão feitos exclusivamente na conta vinculada.

A Companhia celebrou Contrato de Suporte ao financiamento da Embraport, no qual assumiu o compromisso de aportar capital na Embraport em caso de necessidade de recursos para cobertura de insuficiência verificada no pagamento do serviço da dívida até determinados limites e para completar saldo de conta reserva de seis prestações mensais vincendas do principal e encargos da dívida, na proporção de sua participação no capital da Embraport.

A investida indireta SuperVia obriga-se, em garantia do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do financiamento com o BNDES, a constituir e manter, durante esse financiamento, conta reserva aberta junto ao Banco Depositário (Banco Itaú S.A.), na qual deverão permanecer depositados recursos correspondente ao saldo mínimo estabelecido em contrato. A movimentação desta conta reserva é realizada através de uma gerenciadora de recursos e pagamentos, que os efetua no âmbito do programa de investimento da SuperVia.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Prazo de vencimento

O montante a longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>2013</u>	<u>2012</u> (Reapresentado)
2014		311.776
2015	163.147	216.406
2016	290.517	234.054
2017	292.576	231.187
2018	453.106	228.412
2019	444.417	169.861
2020	450.284	705.411
2021	320.285	249.282
2022	380.684	310.153
2023	393.080	308.512
2024 em diante	1.493.802	583.902
	<u>4.681.898</u>	<u>3.548.956</u>

13 Instrumentos financeiros derivativos

(a) OTP

A Companhia contratou ao longo de 2013 operações de derivativos de opção de compra de Euro para se proteger das flutuações de câmbio que poderão impactar seu desembolso de caixa futuro para integralização de capital em investida. As referidas operações não foram designadas para *Hedge Accounting*, dessa forma, o ganho líquido apurado na conclusão dessas operações no montante de R\$ 3.930 foi reconhecido no resultado do exercício.

(b) RTC

Uma Controlada da RTC possui, em 31 de dezembro de 2013, operações de Swap no valor nominal de R\$ 16.000, sendo que valor garantido pela instituição financeira é de CDI mais 3,9% ao ano e o valor garantido pela Controlada da RTC é de IGPM mais 8,1% ao ano. Essas operações foram contratadas para proteção de risco de volatilidade da taxa CDI de um empréstimo que será pago em 37 parcelas, com a primeira parcela vencendo em julho de 2014 e a última parcela em julho de 2017, sendo que o vencimento das operações de Swap segue o cronograma do valor principal do empréstimo. O valor de mercado das operações em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 871.

(c) Embraport

A controlada Embraport utiliza instrumentos financeiros derivativos com o propósito de se proteger de riscos provenientes de flutuações nas taxas de juros e câmbio.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os derivativos designados como *hedge* são reconhecidos como ativo ou passivo no balanço patrimonial e são mensurados pelo valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante desses itens depende da qualificação (*hedge econômico* ou *hedge accounting*) e, para as operações qualificadas para o *hedge accounting*, da categoria de *hedge accounting* utilizada (fluxo de caixa ou valor justo). Para o cálculo do valor justo, a controlada Embraport incorpora risco de crédito intrínseco à operação.

A controlada Embraport documenta, no início de cada operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, explicitando o objetivo da gestão de risco e estratégia para a realização das operações. Ademais, são formalizados os testes prospectivos e, no mínimo nos períodos de divulgação dos resultados, são efetuados os testes retrospectivos de efetividade das operações de *hedge*. Seguindo as disposições do CPC 38, o *hedge* é considerado eficaz quando a variação no valor dos derivativos compensa entre 80% e 125% do impacto da variação ou risco que está sendo coberto.

A controlada Embraport calcula o valor justo dos derivativos com base em metodologias amplamente aceitas pelo mercado para a precificação de opções e *swaps*. No processo de gestão de riscos da Embraport, estes cálculos são revisados por consultoria independente.

Justificativa para utilização de Hedge

A necessidade da adoção do *hedge* decorre do financiamento em moeda americana assinado em 18 de novembro de 2011 com o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$ 430.000 mil, sendo US\$ 100.000 mil, denominado “A Loan” com data de vencimento final para 2026 e US\$ 330.000 mil, denominado “B Loan” com data de vencimento final para 2023.

A liberação dos recursos por parte do BID ocorre após a comprovação dos gastos cobertos pelo financiamento. Portanto, a dívida está parcialmente reconhecida no passivo, na proporção dos gastos efetuados até o momento.

Em decorrência deste empréstimo, atualmente a Embraport possui exposições aos seguintes riscos de mercado:

- **Risco de moeda ou variação cambial:**

As operações financeiras contratadas para financiamento de investimentos, incluindo fornecedores, são denominadas em moeda estrangeira. Portanto o valor recebido pelo BID pode não ser suficiente para reembolsar os compromissos contratados ou líquidos em reais; e

- **Risco de taxas de juros flutuantes:**

O empréstimo do BID em moeda estrangeira possui risco vinculado à variação das taxas de juros flutuantes internacionais (*Libor*). Portanto, o valor da dívida pode variar adversamente à Embraport em caso de aumento da taxa *Libor*.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de moeda ou variação cambial

Para se proteger da oscilação da taxa de câmbio a Embraport faz compras de opções de venda (*puts*) de dólar. Esta compra tem o objetivo de proteger o fluxo de caixa futuro da Embraport, visto que existem compromissos em reais já assumidos ou pagos a serem reembolsados pelo BID em uma quantidade de dólar determinada no momento da prestação de contas e envio dos recursos para a Embraport.

As operações com *puts* foram qualificadas para *hedge accounting* e classificadas como *hedge* de fluxo de caixa.

As *puts* não exercidas até 30 de junho de 2013, foram reclassificadas para “Custo de Empréstimos” dentro do grupo “Ativo Não-Circulante – Obras em Andamento”, em virtude do período pré-operacional em que a Embraport se encontrava conforme regra descrita no CPC 38 item 97. A partir de 01 de julho de 2013, com o início das operações, as mudanças no valor justo dos derivativos são registradas em cada período como Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido. Eventuais inefetividades calculadas nessas operações são registradas como ganhos ou perdas no resultado financeiro do período.

A Embraport finalizou o mês de dezembro de 2013 com US\$ 92 mil em opções contratadas.

Até dezembro de 2013, todas as operações de *puts* satisfizeram as condições previstas em testes prospectivos e retrospectivos de efetividade.

Risco de taxas de juros flutuantes:

Para se proteger da variação das taxas de juros flutuantes internacionais (*Libor*) a empresa contratou *swaps* de *Libor* para dólar fixo.

As operações de *swaps* também foram qualificadas para *hedge accounting* e classificadas como *hedge* de fluxo de caixa, sendo as mudanças no valor justo destes derivativos até 30 de junho de 2013, registradas na conta de ativo “custo de empréstimos” dentro do grupo “Ativo Não-Circulante – Obras em Andamento”, em virtude do período pré-operacional em que a Embraport se encontrava, sendo o valor total reconhecido como custo de empréstimo e capitalizado no montante de R\$ 22.946, e a partir de 1º de julho de 2013 registrado no resultado como despesa / receita financeira.

A Embraport finalizou o mês de dezembro de 2013 com US\$ 20.912 mil em operações de *swap* contratadas.

Até dezembro de 2013 todas as operações de *swap* satisfizeram as condições previstas em testes prospectivos e retrospectivos de efetividade.

Adicionalmente é importante notar que a Embraport mantém um manual com as diretrizes de *hedge accounting* e suas operações de *hedge* estão em conformidade com as regras previstas nesse documento.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Partes relacionadas – Consolidado

(i) Composição

	Controladora			Consolidado		
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Resultado financeiro	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante
CRB	2.631	290.110	6.975			
CRC		2.971	576			500
Fundo Caixa Atlântico	1.750.228			1.816.693		
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.752.859	293.081	7.551	1.816.693		500
Saldo em 31 de dezembro de 2012		8.010	56	13.622	18.891	1.156

(ii) Honorários da administração – Consolidado

Para o consolidado, a remuneração paga aos administradores da Companhia e suas controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 totalizou os montantes de R\$ 17.950 e R\$ 10.210, respectivamente.

15 Credor pela aquisição da concessão – Consolidado

	2013	2012
CRB	760	1.264
SuperVia (a)	35.801	37.282
Otima (b)		40.601
	36.561	79.147
(-) Passivo circulante	(4.331)	(45.020)
Passivo não circulante	32.230	34.127

- (a) A concessão de transporte ferroviário de passageiros na região metropolitana do Rio de Janeiro foi estipulada pelo prazo de 25 anos, conforme contrato assinado em 17 de setembro de 1998, cujo prazo inicial de vigência encerrava-se no dia 31 de outubro de 2023, que foi prorrogado até o dia 31 de outubro de 2048, no montante de R\$ 28.000, dos quais R\$ 8.400 foram pagos à vista.
- (b) A concessão de mobiliário urbano na Cidade de São Paulo foi estipulada pelo prazo de 25 anos, conforme contrato assinado em 17 de dezembro de 2012, mediante o pagamento de outorga. Do valor total da outorga, a Otima pagou ao Poder Concedente o montante de R\$ 40.601 no primeiro semestre de 2013 e o saldo remanescente será pago em 288 parcelas, mensais e iguais, sendo que o vencimento da primeira parcela está previsto para janeiro de 2014.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Parcelamentos – Consolidado

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo bruto	74.200	115.836
Pagamentos antecipados	(75.387)	(17.283)
Atualização monetária	4.160	7.853
Ajuste a valor presente	1.152	(32.206)
Saldo líquido, Light - (a)		66.242
Saldo líquido, Santander - (b)	4.125	7.958
Cedae - (c)	8.146	9.050
	12.271	83.250
(-) Passivo circulante	(5.525)	(20.555)
Passivo não Circulante	6.746	62.695

(a) Light

Em 12 de abril de 2007, com o apoio e a participação do Governo do Estado do Rio de Janeiro, a SuperVia celebrou Termo de Novação de Dívida com a Light Serviços de Eletricidade S.A. para pagamento da dívida acumulada no período de novembro de 1998 a fevereiro de 2007, em 168 parcelas mensais e sucessivas.

Em dezembro de 2013, a SuperVia pagou antecipadamente o valor de R\$ 56.050, efetuando assim a liquidação deste parcelamento com a taxa de desconto de 2,1% a.m.

(b) Cessão de direitos creditórios para o Banco Santander S.A.

Em maio de 2012, foi celebrado aditivo ao termo de novação de dívida da Light transferindo os direitos creditórios recorrente das parcelas 121 a 144 ao Banco Santander S.A, com uma taxa de desconto de 1,85 % a.m. O desconto financeiro efetivo gerado será realizado a medida da execução dos pagamentos.

(c) Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro - Cedae

Em 21 de junho de 2009, a SuperVia celebrou Termo de Transação Com Quitação Geral com a Cedae - Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro, para pagamento da dívida acumulada no período de janeiro de 1999 a maio de 2009, onde, as partes chegaram a um consenso, por meio do qual a SuperVia se compromete a pagar à Cedae a importância total de R\$ 10.958, dividida em 120 (cento e vinte) parcelas mensais, corrigidas anualmente, pelo IGPM/FGV. As parcelas do circulante e do não circulante representam R\$ 1.400 (31 de dezembro de 2012, R\$ 1.316) e R\$ 6.746 (31 de dezembro de 2012, R\$ 7.734), respectivamente.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Programa de recuperação fiscal (“Refis”) - Consolidado

Em outubro de 2009, a SuperVia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei no 11.941/09 e pela Medida Provisória no 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo no início do exercício	13.216	20.007
Amortização / atualizações no exercício	<u>(8.571)</u>	<u>(6.791)</u>
Saldo no final do exercício	4.645	13.216
(-) Passivo circulante	<u>(1.434)</u>	<u>(8.798)</u>
Passivo não circulante	<u>3.211</u>	<u>4.418</u>

Como consequência da adesão ao REFIS, a SuperVia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, bem como a desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, conseqüentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados.

18 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido – Consolidado

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

(i) Ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício, considerando a compensação dos saldos ativos e passivos da CRB e da SuperVia, é a seguinte:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Crédito tributário (*)	515.003	535.416
Prejuízo fiscal e base negativa (**)	349.269	254.677
Outros	(98.913)	(81.557)
Outras diferenças temporárias	<u>3.185</u>	<u>5.265</u>
	<u>768.544</u>	<u>713.801</u>

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (*) De acordo com as práticas contábeis já previstas na Instrução CVM nº319/99, com a redação dada pela Instrução CVM nº 349/01, o Grupo, com base em estudo técnico aprovado pelas respectivas Administrações, reconheceram créditos tributários sobre o valor das mais valias pagas a serem amortizadas para fins tributários.

A expectativa da Administração do Grupo quanto à realização total dos créditos fiscais acima referida está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	Realização
2014	53.543
2015	53.543
2016	53.543
2017 em diante	354.374
Total	<u>515.003</u>

- (**) Refere-se, substancialmente, a impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL das investidas SuperVia, Embraport e CRB. Esses créditos tem projeção de realização até 2025.

A expectativa das Administrações das controladas SuperVia, Embraport e CRB quanto à realização total dos créditos fiscais acima referido está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	Realização
2014	20.168
2015	20.412
2016	27.125
2017	22.535
2018	30.004
2019	34.571
2020 em diante	194.454
Total	<u>349.269</u>

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2013	2012
		(Reapresentado)
Ajuste CPC 15 (*)	233.933	232.988
Outras diferenças temporárias	6.056	9.194
	239.989	242.182

(*) Refere-se a impostos diferidos sobre aplicação do CPC 15 de combinação de negócio ocorrida no exercício de 2012, das controladas RTC, Embraport e Liquiport.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado

	2013		2012	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
				(Reapresentado)
OTP			263.995	95.038
CRB	(23.668)	(8.521)	(19.742)	(7.131)
CRC	(743)	(268)		
Liquiport	(57)	(20)	(592)	(214)
Otima	14.295	5.146		
Embraport	44.403	15.327	7.388	2.659
RTC	10.345	3.724	21.942	7.890
	44.575	15.388	272.991	98.242

(c) Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado

	2013		2012	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
				(Reapresentado)
CRC	(936)	(352)	(254)	(103)
RTC	(2.552)	(965)	(1.957)	(725)
Liquiport	(65)	(37)	(483)	(182)
	(3.553)	(1.354)	(2.694)	(1.010)

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 18 de abril de 2012, foi aprovado o aumento de capital da Companhia com a emissão de 380.000 novas ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas pela acionista ODB no montante de R\$ 380.

Em 31 de maio de 2012, foi aprovado o aumento de capital da Companhia com a emissão de 128.622 novas ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas pela acionista ODB no montante de R\$ 129.

Em 09 de novembro de 2012 foi aprovada a incorporação das ações da OTPT pela Companhia com a emissão de 54.642.462 novas ações ordinárias, pelo valor total de R\$ 699.962, sendo R\$ 54.642 destinados ao aumento do capital social e R\$ 645.320 destinados a Reserva de Capital.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 182.141, composto por 182.141.540 ações ordinárias.

Em 26 de dezembro de 2013, foi aprovado o aumento do social da Companhia, em R\$ 1.428.571, passando de R\$ 182.142 para R\$ 1.610.713, mediante a emissão de 32.525.276 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 43,92, sendo o montante de R\$ 1.000.000 subscrito e integralizado pelo BNDES Participações S.A. ("BNDESPAR"), representado por 22.767.693 ações, e R\$ 428.571 subscrito e integralizado pelo Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS representado por 9.757.583 ações.

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.610.713, composto por 214.666.816 ações ordinárias.

Acionistas	Número de ações		Participação no capital social (%)	
	2013	2012	2013	2012
Odebrecht S.A.	127.499.078	127.499.078	59,39%	70,00%
BNDES Participações S.A.	22.767.693		10,61%	
Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS	64.400.045	54.642.462	30,00%	30,00%
	214.666.816	182.141.540	100,00%	100,00%

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Ajuste de avaliação patrimonial

Criada pela Lei nº 11.638/07, com o objetivo de registrar os valores que, já pertencentes ao patrimônio líquido, não transitaram pelo resultado do exercício. Os impactos desses valores no resultado do exercício ocorrerão quando da sua efetiva realização.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	67.232	80.290
Ajuste de conversão de investidas no exterior	7.254	2.154
Ajuste de avaliação <i>Hedge Accounting</i>	1.661	
Ajuste de diferido de controlada (*)		5.883
Perda transação de capital (**)	11.343	(21.095)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>87.490</u>	<u>67.232</u>

(*) Refere-se ao ajuste do reflexo da participação adquirida na Emraport sobre o ativo diferido eliminado para fins de consolidação.

(**) Em 2012, a perda na transação de capital monta a:

- R\$ 11.310 referente ao ágio da aquisição de participação da Emraport pela investida Hostens, tratado como transação de capital nos termos do ICPC 09 e revertido em 2013, quando da incorporação reversa da Hostens.
- R\$ 9.785 referente ao ágio na subscrição de ações da investida OTP Transport Participações S.A. na Odebrecht Transport Participações S.A., baixado na Reestruturação Societária ocorrida nesse ano.

(c) Reserva de capital

A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2013 na rubrica Reserva de Capital o montante de R\$ 23.837, referente ao custo associados à emissão de ações conforme CPC 08.

20 Provisão para contingências – Consolidado

(a) As controladas indiretas SuperVia e CRB são partes envolvidas em processos trabalhistas e cíveis e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a SuperVia e a CRB apresentavam os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências:

	2013		2012	
	Depósitos judiciais	Provisões para contingências	Depósitos judiciais	Provisões para contingências
Contingências trabalhistas e previdenciárias	6.287	10.466	5.286	12.148
Reclamações cíveis	1.120	71.629	187	103.757
Outros	9	1.743	21	1.743
	<u>7.416</u>	<u>83.838</u>	<u>5.494</u>	<u>117.648</u>

A Administração das controladas, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avalia que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada processo são suficientes e representam sua melhor estimativa de perda, as quais são revisadas periodicamente.

A Supervia, em decorrência de processo de reestruturação do setor jurídico e substituição de assessores jurídicos na defesa das causas, vem aprimorando seus controles internos relativos a processos judiciais, trabalhistas e cíveis, buscando uniformização dos procedimentos de registro das suas provisões de contingências. Em função disso, as estimativas de valores e perspectivas de êxitos vêm sendo aprimoradas.

Nesse contexto, a provisão registrada nos processos de perdas prováveis passou a ser apurada com base no histórico de desfechos em seus processos cíveis e em taxa média de êxito calculada em conjunto com seus assessores jurídicos externos. Desta forma, a administração da Supervia entende que a provisão contabilizada representa a melhor estimativa/expectativa de perda em 31 de dezembro de 2013.

(b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço:

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia, de forma consolidada através de suas investidas, tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 240.976 (31 de dezembro de 2012, R\$ 240.933).

21 Informações por segmento de negócios (não auditada)

As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 - Informações por Segmento e são apresentadas em relação aos negócios da Companhia e suas investidas que foram identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pela Administração da Companhia.

A Companhia, reforçando a prática da delegação planejada, está organizada em Unidades de Negócios, o que possibilita maior captura de sinergias, maior consolidação do conhecimento, melhor definição de prioridades e estratégias, além de um processo mais ordenado de alocação de Pessoas de Conhecimento e capital.

A Administração da Companhia avalia as Unidades de Negócios de acordo o benefício econômico produzido por cada segmento, conforme o seu controle sobre o resultado gerado. O desempenho dos segmentos é avaliado com base no lucro ou prejuízo operacional, no EBITDA ajustado e na margem EBITDA ajustada, que, em alguns casos, conforme demonstrado na tabela abaixo, é medido de forma diferente do lucro ou prejuízo operacional das demonstrações financeiras consolidadas.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ademais, nessa avaliação, a Administração da Companhia exclui os efeitos de receita e custo de construção, reconhecidos e mensurados conforme o ICPC 01, por entender que esses registros não refletem a realidade econômica das investidas.

Os negócios da Companhia foram divididos em quatro segmentos operacionais principais, sendo eles: rodovias, mobilidade urbana, logística e holdings.

Nos segmentos operacionais estão os seguintes negócios da Companhia:

Rodovias: CBN, CRA, CRB, CRC, CRO, CLN, ViaRio e Conectcar

Mobilidade urbana: Concessionária da Linha 4 do Metrô de SP, SuperVia, VLT Carioca, Move SP, Otima

Logística: Embraport, Liquiport, Logum

Holdings: OTP, OTPP, Montgomery Participações S.A., Rio Trens Participações S.A., OTPA, OdTrans

A Companhia atua somente no Brasil, e sua carteira de clientes é pulverizada, não estando sujeita a concentração da receita.

Abaixo estão apresentadas as informações por segmento:

	Rodovias	Logística	Mobilidade Urbana	Holding	Total	Eliminações	Consolidado ajustado	Ajustes	Consolidado
Receita líquida	549.532	117.225	526.755		1.193.512		1.193.512	562.707	1.756.219
Custo	(154.632)	(100.768)	(446.077)		(701.477)		(701.477)	(615.045)	(1.316.522)
Lncro Bruto	394.900	16.457	80.678		492.035		492.035	(52.338)	439.697
Despesas operacionais	(74.340)	(99.126)	(113.385)	(108.233)	(395.084)		(395.084)	69.810	(325.274)
Resultado de participação societária				(254.410)	(254.410)	256.972	2.562	(33.842)	(31.280)
Receita Financeira	21.627	71.599	18.693	84.029	195.948	(4.187)	191.761	(30.119)	161.642
Despesa Financeira	(280.823)	(172.827)	(84.384)	(100.287)	(638.321)	4.187	(634.134)	64.538	(569.596)
Outras despesas, líquidas	(252)	(698)	(1.107)	65	(1.992)		(1.992)	1.573	(419)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(22.586)	75.012	26.196	(324)	78.298		78.298	(23.242)	55.056
Participação dos não controladores				1	1	63.158	63.159	8.348	71.507
Resultado líquido do exercício	38.526	(109.583)	(73.309)	(379.159)	(523.525)	320.130	(203.395)	4.728	(198.667)
Margem Líquida	7%	(93%)	(14%)		(44%)				
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	22.586	(75.012)	(26.196)	324	(78.298)		(78.298)	23.242	(55.056)
Resultado financeiro, líquido	259.196	101.228	65.691	16.258	442.373		442.373	(34.419)	407.954
Resultado de participação societária				254.410	254.410	(256.972)	(2.562)	33.842	31.280
Participação dos não controladores				(1)	(1)	(63.158)	(63.159)	(8.348)	(71.507)
Depreciação e amortização	48.661	65.282	81.558	211	195.712		195.712	(23.895)	171.817
EBITDA	368.969	(18.085)	47.744	(107.957)	290.671		290.671	(4.850)	285.821
Margem EBITDA	67%	(15%)	9%		24%				
Ativo total	3.626.044	2.594.326	1.738.224	5.763.378	13.721.972	(2.275.113)	11.446.859	(942.354)	10.504.505
Passivo circulante e não circulante	2.725.311	1.792.003	1.618.714	1.344.418	7.480.446	(359.605)	7.120.841	(961.224)	6.159.617

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Receita

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	2013	2012
Receita de construção (Nota 23)	661.816	(Reapresentado) 411.604
Receita de operação		
Bilheteria	417.791	381.486
Receitas de AVI (“Automatic Vehicle Identification”)	335.075	289.685
Receitas em numerário	160.452	141.362
Aluguéis de espaços publicitários e comerciais	65.298	27.679
Receitas portuárias	61.719	
Receitas de armazenagem	49.839	
Receitas de vale pedágio	40.838	55.478
Outras receitas	30.209	16.216
Receitas de contraprestação - CGPE	11.605	10.698
	<u>1.172.826</u>	<u>922.604</u>
Tributos sobre serviços de operação	<u>(78.423)</u>	<u>(67.812)</u>
Receita operacional líquida	<u>1.094.403</u>	<u>854.792</u>
	<u>1.756.219</u>	<u>1.266.396</u>

23 Receita e custo de construção

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela Companhia e suas controladas na formação da infraestrutura de cada contrato e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento do Grupo na formação do seu ativo intangível ou ativo financeiro, presente nos contratos de concessões públicas (ICPC 01 e OCPC 05).

A receita de construção está relacionada aos contratos de longo prazo, sendo associada aos respectivos direitos conforme o tipo de ativo presente em cada contrato de concessão.

		31 de dezembro de 2013			
Controladas	Direito da Concessionária	Receita de construção	Custo de construção	Margem de lucro	Receita do ativo financeiro
CRC	Modelo híbrido	304	(301)	3	355
CRB	Ativo Intangível	387.621	(383.745)	3.876	
SuperVia	Ativo Intangível	273.891	(273.891)		
		<u>661.816</u>	<u>(657.937)</u>	<u>3.879</u>	<u>355</u>

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Receita e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
				(Reapresentado)
Receitas financeiras				
Receitas com juros	7.551		30.385	4.701
Variações cambiais e monetárias			63.762	32.503
Receita de aplicação financeira	14.086	407	61.774	80.520
Outros	3.932		5.721	1.579
	<u>25.569</u>	<u>407</u>	<u>161.642</u>	<u>119.303</u>
Despesas financeiras				
Despesas com juros		(41)	(119.178)	(21.375)
IOF sobre operações financeiras	(97)		(16.546)	(2.486)
Juros sobre empréstimos	(12.701)		(285.722)	(295.521)
Variações cambiais monetárias			(126.673)	(47.941)
Juros sobre mútuo			(68)	(14.807)
Comissões e despesas bancárias	(224)		(5.069)	(1.780)
Multas por atraso				(747)
Impostos sobre operações financeiras	(4.932)		(6.521)	(272)
Outros	(158)		(9.819)	(6.756)
	<u>(18.112)</u>	<u>(41)</u>	<u>(569.596)</u>	<u>(391.685)</u>
	<u>7.457</u>	<u>366</u>	<u>(407.954)</u>	<u>(272.382)</u>

25 Cobertura de seguros (não auditada)

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados no Grupo obedecendo a parâmetros estabelecidos em política específica da Organização Odebrecht e contando com o apoio da OCS – Odebrecht Administradora e Corretora de Seguros Ltda., seus consultores, corretores e seguradoras parceiras nacionais e internacionais de primeira linha, para assegurar a contratação, o preço certo, das coberturas adequadas a cada contrato ou empreendimento, em montantes suficientes para fazer face à indenização de eventuais sinistros.

Em 31 de dezembro de 2013, o montante de cobertura de seguros do Grupo é considerado suficiente pela Administração, para fazer face à eventuais sinistros.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo possui seguros contratados, substancialmente para a cobertura obrigatória dos riscos dos contratos de concessões, resumidos como segue:

Modalidade	Cobertura
Operador portuário - <i>Property</i>	1.402.635.000
Risco de Engenharia	970.443.028
<i>Performance bond</i>	93.041.469
Responsabilidade Civil	70.146.761
Garantia de Concessões Públicas	288.938
Seguro de Rodovia	182.500
Riscos Operacionais	70.032
Roubo, incêndio, alagamento e outros	38.042

26 Despesas gerais e administrativas

	2013	2012
		(Reapresentado)
Despesas com pessoal	145.838	119.694
Prestadores de serviços	111.178	73.033
Contingências	(3.815)	68.578
Gastos gerais	65.325	17.781
Outras despesas	6.748	5.136
	325.274	284.222

27 Contratos de concessão

A seguir apresentamos os novos contratos de concessão assinados durante o exercício de 2013.

Concessionária do VLT Carioca S.A.

Contrato de Parceria Público-Privada na modalidade Concessão Patrocinada firmado em 14 de junho de 2013 entre o Município do Rio de Janeiro e a Concessionária do VLT Carioca para prestação de serviços, incluindo a realização de obras e fornecimento da rede prioritária, visando à implantação, operação e manutenção do sistema de Veículos Leves Sobre Trilhos – VLT na região portuária e central do Rio de Janeiro pelo prazo de 25 anos, contados da emissão de ordem de início pelo Poder Concedente.

A concessão será explorada mediante a cobrança de tarifa dos usuários. Adicionalmente, a concessionária fará jus ao recebimento de Aporte e Contraprestação Pecuniária.

O contrato poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária no caso de descumprimento pelo Poder Concedente de suas obrigações.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Concessionária Move São Paulo S.A.

Contrato de Concessão Patrocinada firmado em 18 de dezembro de 2013 entre o Estado de São Paulo, pela STM e a Move SP para a prestação de serviços públicos de transportes de passageiros da linha 6 – Laranja de metro de São Paulo, incluindo a implantação das obras civis e sistemas, fornecimento do material rodante, operação, conservação, manutenção e expansão.

A Linha 6 - Laranja integrará o sistema metroferroviário da Região Metropolitana de São Paulo, e compreende uma linha com 15,3 km de extensão no trecho Brasilândia- São Joaquim, abrangendo 15 estações enterradas.

A concessão patrocinada contempla as fases de implantação da infraestrutura com prazo máximo de 06 (seis) anos, e de operação, conservação e manutenção dos serviços, e eventual expansão, com prazo mínimo de 19 (dezenove) anos, limitado ao prazo de concessão de 25 (vinte e cinco) anos. O prazo de vigência somente se iniciará com a Declaração de Início do Prazo de Vigência da Concessão, emitida após concluídas as obrigações do Poder Concedente previstas na Etapa Preliminar.

A concessão patrocinada será explorada mediante a cobrança de tarifa dos usuários e, adicionalmente, a concessionária fará jus ao recebimento de Aporte de Recursos e Contraprestação Pecuniária, sendo possível explorar fontes alternativas e complementares de receita e empreendimentos associados à Concessão, desde que estas atividades não comprometam a segurança da operação e os padrões de qualidade do serviço concedido.

O Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento pelo Poder Concedente de suas obrigações contratuais.

28 Prejuízo (lucro líquido) por ação

Básico e diluído

O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante os exercícios.

	Consolidado	
	2013	2012
		(Reapresentado)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas da sociedade titulares de ações ordinárias	(270.174)	212.649
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	182.425	182.142
Lucro líquido (prejuízo) básico por ação	(1,48)	1,17

A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Eventos subsequentes

Em 06 de janeiro de 2014, a controlada OTPA, em conjunto com a Excelente B. V., constituiu uma sociedade por ações denominada Rio de Janeiro Aeroportos S.A. (“RJA”) tendo por objeto social a ampliação, manutenção e exploração, sob o regime de concessão, do Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim – Galeão; prestação de serviço de consultoria, assistência técnica e quaisquer outras atividades relativas à sua exploração, bem com a participação em consórcios ou sociedades que explorem, quaisquer atividades relacionadas aos itens anteriores. Durante o mês de janeiro de 2014, a OTPA e a Excelente B. V. aumentaram o capital da RJA para R\$ 194.131, com a emissão de 194.129.623 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A OTPA detém 60% da RJA.

Em 17 de janeiro de 2014, a Companhia realizou aumento do capital social de R\$ 504.557 na sua controlada OTPP mediante a assunção de dívida composta, substancialmente, pelas debêntures em circulação emitidas pela OTPP no montante de R\$ 502.397 (Nota 12 (e)(ii)), atualizado até essa data, conforme autorizado em Assembleia Geral de Debenturistas de 15 de janeiro de 2014. O capital social da controlada OTPP passou de R\$ 146.451 para R\$ 651.008 com a emissão de 504.557.440 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Em 20 de janeiro de 2014, a Companhia, após sagrar-se vencedora do Leilão ocorrido em 27 de novembro de 2013 com um deságio de 52,03% no valor do pedágio, aumentou o capital subscrito na controlada CRO para o montante de R\$ 240.000. O capital social integralizado da CRO é de R\$ 189.558, o valor de R\$ 50.442 deverá ser integralizado pela Companhia até o final do primeiro ano da Concessão.

Em 20 de janeiro de 2014, a Companhia aumentou o capital subscrito na controlada OTPA de R\$ 326 para o montante de R\$ 116.805. O capital social subscrito deverá ser integralizado pela Companhia em até 60 dias a partir da data de subscrição.

Em 23 de janeiro de 2014 foi homologado o processo licitatório do leilão nº 1/2013, confirmando a proposta de R\$ 19.018.888 do Consórcio Aeroportos do Futuro, formado pela OTPA e Excelente B.V., relativo à concessão do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro – Galeão, localizado no município do Rio de Janeiro, cujo Edital prevê a ampliação, manutenção e exploração do aeroporto. O prazo da concessão será de 25 anos, podendo ser prorrogado uma vez, por mais cinco anos.

Em 04 de fevereiro de 2014, a Companhia em conjunto com a Sitpar Participações S.A., constituiu uma sociedade por ações de capital fechado denominada Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. (“VLT-GO”), que tem como objeto social a construção, manutenção e operação do sistema VLT no eixo Anhanguera, localizado em Goiânia, Estado de Goiás. Em 12 de fevereiro de 2014 a Companhia integralizou o montante de R\$ 5.850. A Companhia possui 90% do capital social da VLT-GO. De acordo com Edital de Licitação Internacional nº 01/2013, o prazo da concessão será de 35 anos, o VLT terá 14 km de extensão, 12 estações e cinco terminais de integração. O contrato de concessão está previsto para ser assinado até o final do primeiro semestre de 2014.

Em 04 de fevereiro de 2014, a controlada OTPA e a controlada indireta RJA constituíram uma sociedade por ações denominada Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A., pelo valor de R\$ 1, com a emissão de 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, tendo por objeto social único e exclusivo a exploração, sob o regime de concessão, do Aeroporto Internacional Antonio Carlos Jobim – Galeão, situado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, conforme definições previstas no contrato de concessão decorrente do Edital de Concessão nº 01/2013, publicado pela Agência Nacional de Aviação Civil, consistente na prestação dos serviços de execução, gestão e fiscalização dos serviços necessários à ampliação, manutenção, gerenciamento e exploração do Aeroporto, sendo expressamente vedada qualquer alteração a este objeto social. Em 17 de fevereiro de 2014, a controlada indireta RJA subscreveu um aumento de capital de R\$ 184.305, com a emissão de 184.305.350 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30 Efeitos da adoção do CPC 19 (R2) para o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012

O CPC 19 (R2) apresenta dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto (*joint operation*)- que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais, e como consequência contabiliza sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado (*joint venture*)- ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. A referida norma prevê a adoção do método de equivalência patrimonial para a contabilização de investimentos em controladas em conjunto ao invés da consolidação proporcional.

A referida norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013 e para melhor apresentação do efeito na aplicação do CPC 19 (R2), foi realizada a reconciliação do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2012 e resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 conforme apresentado a seguir:

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Conciliação do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012

Ativo	Original	Ajuste CPC 19	Reapresentado	Passivo e patrimônio líquido	Original	Ajuste CPC 19	Reapresentado
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.147.868	(4.307)	1.143.561	Empréstimos e Financiamentos	313.255	(6.521)	306.734
Contas a receber	60.476	(5.980)	54.496	Debêntures	109.153	(18.361)	90.792
Despesas antecipadas	29.928	(456)	29.472	Fornecedores	106.979	(22.003)	84.976
Estoques	25.328	(1.519)	23.809	Partes relacionadas	18.891		18.891
Tributos a recuperar	44.455	(2.388)	42.067	Obrigações sociais e trabalhistas	49.954	(2.149)	47.805
Outros ativos	14.063	(321)	13.742	Credor pela aquisição da concessão	64.163	(19.143)	45.020
	<u>1.322.118</u>	<u>(14.971)</u>	<u>1.307.147</u>	Parcelamento	20.555		20.555
				Programa de recuperação fiscal (Refis)	8.798		8.798
				Impostos, taxas e contribuições sociais	24.693	(1.726)	22.967
				Outros passivos	47.415	(4.059)	43.356
					<u>763.856</u>	<u>(73.962)</u>	<u>689.894</u>
Não circulante				Não circulante			
Aplicações financeiras	13.704	(6.210)	7.494	Empréstimos e Financiamentos	1.874.802	(187.747)	1.687.055
Imposto de renda e contribuição social diferidos	714.876	(1.075)	713.801	Debêntures	1.861.901		1.861.901
Depósitos judiciais	6.821	(1.327)	5.494	Instrumentos Financeiros	52.603		52.603
Contas a receber	28.650		28.650	Partes relacionadas	1.156		1.156
Partes relacionadas	40.206	(26.584)	13.622	Credor pela aquisição da concessão	34.127		34.127
Outros ativos	6.176	(584)	5.592	Parcelamento	62.695		62.695
	<u>810.433</u>	<u>(35.780)</u>	<u>774.653</u>	Programa de recuperação fiscal (Refis)	4.418		4.418
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	243.373	(1.191)	242.182
				Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	117.648		117.648
				Outros passivos	4.362		4.362
					<u>4.257.085</u>	<u>(188.938)</u>	<u>4.068.147</u>
Investimentos				Patrimônio líquido			
Imobilizado	59.233	83.075	142.308	Capital social	182.142		182.142
Intangível	1.349.562	(2.073)	1.347.489	Reservas de capital	645.320		645.320
	<u>4.631.728</u>	<u>(293.151)</u>	<u>4.338.577</u>	Reservas de lucros	1.743.064		1.743.064
				Ajuste de avaliação patrimonial	67.232		67.232
	<u>6.850.956</u>	<u>(247.929)</u>	<u>6.603.027</u>		<u>2.637.758</u>		<u>2.637.758</u>
				Participação dos não controladores	514.375		514.375
					<u>3.152.133</u>		<u>3.152.133</u>
Total do ativo	<u>8.173.074</u>	<u>(262.900)</u>	<u>7.910.174</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>8.173.074</u>	<u>(262.900)</u>	<u>7.910.174</u>

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Conciliação do lucro no exercício findo em 31 de dezembro de 2012

	<u>Original</u>	<u>Ajuste CPC 19</u>	<u>Reapresentado</u>
Operações continuadas			
Receita líquida	1.436.118	(169.722)	1.266.396
Custos de construção	(542.860)	132.715	(410.145)
Custos dos serviços prestados	(465.030)	22.170	(442.860)
Lucro bruto	428.228	(14.837)	413.391
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	(298.998)	14.776	(284.222)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	129.230	(61)	129.169
Resultado de participação societária	(5.096)	(5.841)	(10.937)
Resultado financeiro, líquido	(278.300)	5.918	(272.382)
Outras despesas, líquidas	(701)	(29)	(730)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(154.867)	(13)	(154.880)
Imposto de renda e contribuição social	367.223	306	367.529
Lucro líquido do exercício	<u>212.356</u>	<u>293</u>	<u>212.649</u>
Atribuível a			
Acionistas da Companhia	268.813		268.813
Participação dos não controladores	(56.457)	293	(56.164)
	<u>212.356</u>	<u>293</u>	<u>212.649</u>
Prejuízo por lote de mil ações do capital social no final do exercício - R\$	<u>1,17</u>		<u>1,17</u>

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Conciliação do fluxo de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2012

	Original	Ajuste CPC 19	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	(154.867)	(13)	(154.880)
Ajustes para reconciliação do prejuízo do exercício:			
Depreciação e amortização	95.991	(6.731)	89.260
Margem de construção	(2.693)	1.234	(1.459)
Resultado de equivalência patrimonial	5.096	5.841	10.937
Provisão para contingência	39.421		39.421
Atualização do ativo financeiro (ICPC 01)	(465)		(465)
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidos	353.648	(7.993)	345.655
Outros	(5.550)	8	(5.542)
Caixa proveniente das operações	330.581	(7.654)	322.927
Variações nos ativos e passivos:			
Aplicações financeiras	(1.751)	1.789	38
Estoques	(8.653)	1.505	(7.148)
Contas a receber	(27.936)	3.284	(24.652)
Tributos a recuperar	(16.487)	2.029	(14.458)
Adiantamento a fornecedores, subempreiteiros e outros	(24.820)	(506)	(25.326)
Despesas pagas antecipadamente	19.945	869	20.814
Outros ativos	(17.605)	23.411	5.806
Fornecedores e subempreiteiros	1.993	(18.706)	(16.713)
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	6.258	(115)	6.143
Outros passivos	2.124	(5.334)	(3.210)
Caixa aplicado nas Operações			
Juros pagos	(233.351)	11.050	(222.301)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.552)		(2.552)
Caixa líquido aplicado nas atividade operacionais	27.746	11.622	39.368
Adições ao investimento em participações societárias	(73)		(73)
Adições ao imobilizado	(609.345)	1.284	(608.061)
Adições de Intangível	(561.359)	132.256	(429.103)
Crédito com pessoas jurídicas	(2.895)	2895	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.173.672)	136.435	(1.037.237)

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(continuação)

	<u>Original</u>	<u>Ajuste CPC 19</u>	<u>Reapresentado</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividas de curto e longo prazos, líquida			
Captações	1.239.325	(85.695)	1.153.630
Amortização de empréstimos	(260.731)	15.270	(245.461)
Partes relacionadas			
Recursos liberados	(21.123)		(21.123)
Recursos recebidos	12.899	(5.794)	7.105
Debêntures	167.350	(17.350)	150.000
Obrigações com o poder concedente		(19.143)	(19.143)
Aumento de capital social	384	(30.831)	(30.447)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	1.138.104	(143.543)	994.561
Efeito de caixa das empresas inseridas e excluídas na consolidação	7.567	(7.519)	48
Redução de caixa e equivalente de caixa	(255)	(3.005)	(3.260)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	<u>1.148.123</u>	<u>(1.302)</u>	<u>1.146.821</u>
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	<u><u>1.147.868</u></u>	<u><u>(4.307)</u></u>	<u><u>1.143.561</u></u>

* * *